

UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS



**A CASA COMO CENTRO DAS RELAÇÕES DE PARENTESCO E MOBILIDADE
DOS EMIGRANTES CABO-VERDIANOS: O CASO DOS CABO-VERDIANOS EM
PORTUGAL**

Euclides Jorge Varela da Silva

Mestrado em Antropologia Social e Cultural

Agosto de 2012

UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS



**A CASA COMO CENTRO DAS REALAÇÕES DE PARENTESCO E MOBILIDADE
DOS EMIGRANTES CABO-VERDIANOS: O CASO DOS CABO-VERDIANOS EM
PORTUGAL**

Euclides Jorge Varela da Silva

Dissertação orientada pelo professor Doutor **João de Pina-Cabral**.

Agosto de 2012

Dedico este trabalho a todos aqueles
que contribuíram para a sua realização

AGRADECIMENTOS

Existem situações na vida em que é fundamental poder contar com o apoio e a ajuda de algumas pessoas. Para a realização deste trabalho, pude contar com vários. E a estas pessoas prestarei, através de poucas palavras, os mais sinceros agradecimentos:

Ao professor João de Pina Cabral, orientador deste trabalho, pelos seus conhecimentos, sua atenção e sua boa vontade;

À Fundação Calouste Gulbenkian, pela bolsa que me concedeu para a realização deste trabalho;

Estes agradecimentos também são extensivos aos professores Leopoldo Amado e José Évora, pelos conselhos e sugestões, aos meus professores de mestrado, aos meus colegas, aos familiares e a todas as pessoas que de uma forma ou outra contribuíram para que este estudo seja realidade.

Ainda não podia deixar de agradecer a todas as pessoas que se disponibilizaram para colaborar comigo, pela cordialidade com que me receberam em suas casas e pelas valiosas informações que serviram de estudo para este trabalho.

Índice

Introdução	01
Capítulo I	
Cabo Verde, uma nação que não cabe la dentro	06
1. Enquadramento histórico-geográfico de Cabo Verde	06
2. Formação da sociedade cabo-verdiana	09
3. Emigração, uma solução para os cabo-verdianos	15
Capítulo II	
Viver longe de casa: a questão da mobilidade e do transnacionalismo	22
1. Resenha histórica	22
2. Inserção laboral	27
3. As redes sociais	30
4. Mobilidade, transnacionalismo e globalização	33
Capítulo III	
O regresso a casa	37
1. Melhor sítio para construir	42
2. Relação dos retornados com os seus antepassados	45
3. Passar férias em Cabo Verde	47
4. O dia-a-dia dos reformados	51
Capítulo IV	
A casa como centro da vida familiar	53
1. Casa de Juvenal Ramos	53
2. Casa de António Sanches	58
3. Casas de Rui e Armando	62
Considerações finais	68
Referências bibliográficas	73

Resumo

Esta dissertação propõe estudar o papel que a casa desempenha na vida dos cabo-verdianos residentes em Portugal, particularmente na região de grande Lisboa, observando-os como um grupo étnico, isto é, como um conjunto de pessoas que tem por referência a sua origem, ou os seus antepassados próximos em Cabo Verde, ou noutras regiões para onde estes tenham emigrado assim como os imigrantes que já regressaram a Cabo Verde. Por “origem” entende-se tanto a procedência geográfica de um lugar que ficou distante, quanto a vinculação a determinados referenciais culturais. A imigração em causa é da segunda metade do século XX, cujas motivações ora são de ordem económica (movidos pelo sistema fundiário que não permitia o acesso à terra para a maioria das populações das ilhas, pobreza extrema, etc.), ora de ordem natural (escassez e irregularidade das chuvas, com as consequentes secas prolongadas e fomes, dizimando pessoas e gados), ora de ordem política (perseguição política, fuga à prestação de serviços militares na Guiné, antes e após o 25 de Abril). Assim, será dada uma especial atenção ao papel que a *casa*, sobretudo a que foi deixada em Cabo Verde, desempenha nas relações de parentesco de pessoas que se encontram espalhadas por diversos países, bem como todo o processo que enrola a construção e a manutenção da mesma.

Palavras-chaves: casa; parentesco; emigração cabo-verdiana

Abstract

This thesis proposes to study the role that home plays in the lives of Cape Verdeans living in Portugal, particularly in the region of Greater Lisbon, watching them as an ethnic group, that is, as a group of people whose reference to its origin or their ancestors near Cape Verde, or other regions where they have emigrated, as well as immigrants who have returned to Cape Verde. On the "origin" refers to both the geographic origin of a place that was distant, and the binding to specific cultural references. The immigration issue is the second half of the twentieth century, whose motives are sometimes economic (driven by the land system which did not allow access to land for most of the island populations, extreme poverty, etc..), Now the natural order (shortages and irregular rainfall, with consequent prolonged droughts and famines, decimating livestock and people), now a political (political persecution, to escape military service in Guinea before and after April 25). Thus, special attention will be given to the role that home, which was mainly left in Cape Verde, plays in family relationships of people who are spread across several countries, as well as the whole process that curls the construction and maintenance of the same.

Key-Words: home; kinship; Cape Verdean immigration

INTRODUÇÃO

O estudo sobre o papel que a casa desempenha no contexto da emigração cabo-verdiana para Portugal revela-se pertinente, uma vez que há uma carência de estudos dedicados a esta temática, comparativamente com outros assuntos. O termo casa utilizado ao longo deste trabalho não se resume apenas à estrutura física, como será demonstrado. O termo abrange as propriedades, pessoas e bens. Muitos emigrantes com quem trabalhei aproveitaram as poupanças feitas nos países de acolhimento para erguerem as suas casas em Cabo Verde. Este é um dos investimentos mais relevantes que fazem na terra natal e a larga maioria partem com este objectivo e, para a sua concretização, estão dispostos a enfrentar a dura realidade no exterior, tendo que trabalhar muitas horas por dia e morar em condições pouco dignas para depois gozar em Cabo Verde, mas muitos não chegam a concretizar o sonho. As casas, regra geral, no meio rural, são construídas em terrenos de família que foram comprados ou herdados. Nos arredores compram parcelas de terras para a prática da agricultura de sequeiro e para a criação de gado.

Os emigrantes mais jovens preferem erguer as suas casas nas cidades e vilas mais próximas das suas aldeias. As razões apontadas para esta escolha são múltiplas. Por um lado, há a pressão dos próprios familiares que gostariam de ver reconhecido a ascensão social do parente, morando numa zona digna do seu novo *status*. Por outro lado, a dificuldade de acesso, o isolamento das suas aldeias os obrigam a optar por ficar nas cidades e vilas, já que podem levar os seus carros e outros bens adquiridos no estrangeiro. Também, nas cidades têm a possibilidade de ter uma vida parecida com a que tinham no estrangeiro, podem desfrutar de algum conforto, algo difícil no meio rural, que em muitos casos, não possui estradas em boas condições, não possui electricidade, fica distante e de difícil acesso. A construção de uma casa alimenta o sonho de um dia poder regressar a ela, sonho este que já faz parte dos planos mesmo antes da partida. Pelo facto dos proprietários das casas estarem no exterior, estas constituem uma das fontes de rendimento para os familiares que ficam na terra, já que podem ser alugadas.

Falar da emigração cabo-verdiana é falar de um fenómeno antigo e que esteve ligado ao longo de séculos na construção e no desenvolvimento de Cabo Verde. Assim, o vai-e-vem de pessoas provocou muitas transformações na sociedade cabo-verdiana e no seio das famílias. Por causa da emigração passamos a ter famílias separadas, filhos que crescem longe

dos pais com os avós ou outros membros da família, família chefiadas por mulheres, etc. Ou seja, passamos a ter famílias diferente do padrão conjugal dominante, constituídas por marido, mulher e filhos, onde o homem é o responsável por garantir o sustento da família e fazer os trabalhos “duros” na agricultura, na criação de gado ou na construção civil. Com a emigração, sobretudo dos homens, as mulheres passaram a fazer trabalho que estavam reservados aos homens acumulando estes com os trabalhos que lhes estavam destinados como cuidar da casa e criar os filhos. A mulher passou a ser o centro das relações familiares em Cabo Verde (Dias, 2000). Mesmo quando os homens regressam definitivamente para se fixar no arquipélago e gozar a sua reforma, continuam a ser figuras ausentes para a mulher e os filhos. Este modo de organização familiar não é causado exclusivamente pela emigração, mas também pela pobreza. Nalgumas sociedades rurais, como no Alto-Minho descrito por Pina-Cabral (1989), as mulheres pobres que não tinham acesso à terra dificilmente encontravam quem se casassem com elas. Em Cabo Verde, a emigração veio agravar a situação que sempre caracterizou os mais pobres, isto é, famílias chefiadas por mulheres.

A saída das pessoas do arquipélago também provocou muitas mudanças na hierarquia social vigente. Muitos dos humildes agricultores regressaram como proprietários, os operários regressaram como empresários e assim por diante, apesar de a maioria continuar a exercer a mesma função ou algo equivalente no exterior. Assim, ter um familiar na emigração significa muitas vantagens, uma vez que permite criar uma rede de parentesco em vários países que dá a pessoa a possibilidade de viajar a qualquer momento para se fixar no estrangeiro, receber periodicamente as remessas deste e as últimas novidades do mundo da moda da Europa e dos Estados Unidos. Isto, também, permite criar uma rede de emigrantes transnacionais, composta por mulheres, que circulam entre diversos países para fazer negócio. Isto é, elas vão comprar produtos nestes países para vender no arquipélago. Trazem alguns produtos típicos para vender, sobretudo, aos cabo-verdianos que residem nos países por onde elas passam. Participam nestas redes informais de comércio mulheres que vivem em Cabo Verde e que tem parente no estrangeiro que, também, se envolvem nesta actividade. Muitas vezes, o lucro é investido em Cabo Verde na construção de casa para os pais, na abertura de pequenos negócios, etc., isto é, em actividades que permitem melhorar as condições de vida e a emancipação social. (Cf. Grassi, 2002)

A casa desempenha um papel central quando um individuo pensa em se deslocar para outro sítio. Quando pensa em emigrar, a primeira coisa que uma pessoa faz é contactar a rede

de familiares e vizinhos que tem espalhados um pouco por todo o lado, para saber se existe espaço para ser recebida na sua casa durante o período necessário para arranjar um emprego e alugar a sua própria casa. Estas precauções, também não são tomadas só pelos que viajam à procura de emprego, mas ainda pelos que viajam para comprar mercadorias e vender em Cabo Verde. Muitas destas pessoas preferem fazer as suas primeiras viagens para países onde têm uma rede de familiares, vizinhos e amigos que os podem hospedar e dar algumas orientações.

Tendo em conta as especificidades do objecto de estudo, propõe-se alcançar os seguintes objectivos: i) identificar as principais causas da emigração cabo-verdiana, especialmente para Portugal e as diferentes etapas das mesmas; ii) identificar o perfil ou os perfis das pessoas que optam por trocar Cabo Verde por outros destinos, principalmente por Portugal (nomeadamente, a sua inserção social e laboral e o papel que as redes sociais desempenham no seu dia-a-dia); iii) estudar as relações de parentesco entre os cabo-verdianos que escolheram viver em Portugal, os que escolheram outros destinos e os que ficaram em Cabo Verde e compreender como se constituem as relações domésticas neste cenário transnacional; iv) investigar o papel que a *casa* desempenha neste processo de mobilidade nacional e transnacional e na confraternização destes emigrantes e ex-emigrantes e compreender como é que se dá o retorno dos ex-emigrantes, especialmente os reformados, e o contributo que dão para o desenvolvimento de Cabo Verde; v) compreender de que forma os emigrantes participam na gestão das suas casas em Cabo Verde, a relação que mantêm com as pessoas que as habitam e os seus vizinhos.

Para atingir estes objectivos e tendo em conta as particularidades deste estudo, foi privilegiado o método de observação participante tanto em Cabo Verde como em Portugal, onde foram realizadas entrevistas abertas e semi-dirigidas a emigrantes, a ex-emigrantes e a responsáveis pelas organizações de apoios aos emigrantes. Para além destes, também foram recolhidas histórias de vidas e de família dos emigrantes e ex-emigrantes nos dois países. O método de história de família considerado mais pertinente neste estudo foi o proposto por Pina-Cabra e Lima (2005). Segundo os autores, esta «é uma metodologia de contextualização social de pessoas desenvolvida como respostas às novas necessidades metodológicas levantadas pela investigação em contextos urbanos modernos, mas que pode ser usada em qualquer outro contexto social» (2005: 357). Os autores afirmam que esta metodologia surgiu para colmatar as lacunas deixadas pelo método de observação participante, já que no meio urbano com maior densidade populacional, onde o etnógrafo tem a sua vida privada perto do

local investigado, torna-se difícil obter o distanciamento pessoal que é necessário numa investigação. Diante deste cenário é necessário criar uma alternativa, não para substituir o método de observação participante, mas para complementá-lo. Assim, os autores resumem a história de família como

um método de análise sócio-antropológica que tem por finalidade dar conta do percurso de vida de um sujeito social, integrando-o nas relações intersubjectivas em que está envolvido através da constituição do seu universo de parentesco. Enquadrar desta forma o percurso de vida de ego permite contextualizar os actores das nossas pesquisas numa parte essencial da complexa teia de relações que constitui a sua vida, escapando ao reducionismo individualizante das descrições biográficas de um ego único. Neste sentido, através das histórias de família propomo-nos desenhar o universo de relações familiares de uma pessoa (um ego) e encontrar o processo de estruturação interna (sempre inacabada, está claro) do campo das relações delimitado pelos horizontes desse universo numa perspectiva temporal e dinâmica que dê conta do processo de constituição desse universo ao longo da vida de ego e daqueles que por estarem mais próximos, contribuem de forma decisiva para a sua constituição enquanto pessoa social (2005: 360).

As entrevistas e as histórias de vida e de família foram recolhidas em Cabo Verde e na Área Metropolitana de Lisboa. Nestas regiões procurei pessoas com alguma experiência de mobilidade e que considere informantes privilegiados. Em Cabo Verde procurei conversar com os reformados que estão a gozar as suas reformas na sua terra, perto dos familiares e amigos. Esta categoria, composta maioritariamente por homens, permitiu-me compreender a experiência de vida entre as duas realidades. Primeiro a experiência em Cabo Verde como agricultor; depois em Portugal como operário; e, finalmente, o regresso a casa como reformado, com um novo estatuto social para si e para os seus familiares. Em Portugal, o acesso aos informantes foi através das diversas associações dos emigrantes cabo-verdianos existentes na Área Metropolitana de Lisboa, onde tive a oportunidade de conversar com as pessoas, assistir a reuniões, palestras e conferências que os mesmos organizam para debater os problemas relacionados com a inserção no mercado trabalho, questões ligadas ao desenvolvimento de Cabo Verde e vários outros temas.

Assim, passando à descrição dos procedimentos metodológicos necessários à realização da pesquisa, foi desenvolvido, primeiramente, um trabalho de levantamento bibliográfico especializado que se prolongou, como é óbvio, até ao final da investigação com a finalidade de intensificar o conhecimento geral sobre o papel da casa no seio do grupo doméstico, o parentesco, a mobilidade, a família, a emigração, etc. e, de modo mais particular, sobre o contexto familiar cabo-verdiana, o papel da casa, a emigração, etc. Para falar sobre a emigração cabo-verdiana para Portugal, também foi feito uma análise das estatísticas existentes sobre a matéria e os estudos publicados por diversas organizações.

O presente estudo encontra-se estruturado em quatro capítulos. No primeiro, intitulado «Cabo Verde, uma nação que não cabe lá dentro», será demonstrado que aquele arquipélago, de facto, possui uma nação maior que o Estado e que mais de metade das pessoas que se identificam como cabo-verdianos não moram no arquipélago devido a emigração. Ainda, neste capítulo, foi feito uma resenha histórica de Cabo Verde, o processo da formação da sociedade cabo-verdiana e as diferentes rotas da emigração cabo-verdiana ao longo da história, bem como as principais causas da mesma. No segundo capítulo, o enfoque foi para a vivência dos cabo-verdianos em Portugal e compreender como é que se desenrola a vida destes emigrantes longe da casa, dos familiares e dos amigos. Também mereceu especial atenção o papel que as redes sociais desempenham na mobilidade dos mesmos, na procura de emprego e para trazer novos membros da família. No terceiro e no quarto capítulos, foi analisada a questão do retorno dos emigrantes aos locais de partidas, quer em férias quer em definitivo. A edificação das casas, a manutenção das propriedades familiares através da compra de outras parcelas aos outros herdeiros, os melhores sítios para morar, os investimentos dos retornados, são questões que mereceram atenção da nossa parte nestes dois últimos capítulos.

CAPÍTULO I

CABO VERDE, UMA NAÇÃO QUE NÃO CABE LÁ DENTRO

Cabo Verde surgiu como Estado Independente em 5 de Julho de 1975, mas a história deste Arquipélago não começou nesse dia, nem mesmo o historial migratório deste país. Assim, neste capítulo, será feito um enquadramento histórico-geográfico do mesmo, a formação da sociedade e, por fim, uma resenha histórica dos fluxos migratórios para os diferentes destinos.

1. Enquadramento histórico-geográfico de Cabo Verde

Composto por dez ilhas e vários Ilhéus, Cabo Verde fica situado a cerca de 500 km da costa senegalesa, na costa ocidental africana. Segundo a tese oficial, as ilhas foram descobertas em 1460 por navegadores ao serviço da Coroa portuguesa, nomeadamente, Diogo Gomes e o genovês António da Noli. Na primeira fase foram descobertas as ilhas do grupo oriental (Sal, Boa Vista, Maio, Santiago e Fogo) e, numa segunda, em 1662, foram descobertas as restantes (Brava, São Nicolau, Santa Luzia, Santo Antão e São Vicente) por Diogo Afonso (Andrade, 1996). As ilhas foram encontradas desabitadas segundo os descobridores (Baleno, 2001). Porém, ao longo dos anos surgiram várias hipóteses do arquipélago ter sido visitado ou até mesmo ocupado por alguns povos da costa ocidental africana. Segundo Correia e Silva (2008), o povo mais falado como presumível primeiro ocupante da Ilha de Santiago são os Jalofo do Senegal. O mesmo autor cita um escritor anónimo que, em 1784 a propósito da lha de Santiago escreve o seguinte: «se achou já habitada de muitos pretos, que por tradição se dizia ter precedido de um rei Jalofo, que, por causa de uma sublevação, tinha fugido do seu país com toda a sua família a buscar refúgio, em canoa, na costa do continente do mesmo Cabo Verde, mas porque foi acometido de uma veemente tempestade de vento leste, que são frequentes nestas costas desde Maio até Outubro, o ímpeto dos ventos fez aportar a canoa nesta ilha» (2008: 74).

Correia e Silva (2008) e Baleno (2001) são unânimes em afirmar que o mito da descoberta de Santiago por Jalofo surgiu nos meados do século XVIII e alguns escritores do século seguinte insistiram na ideia. Mas, estas hipóteses nunca foram dadas como provadas. Por isso, muitos historiadores acreditam que estas hipóteses surgiram numa altura que se

verificava uma degradação das estruturas sociais da Ilha, onde quase não havia brancos e se assistia uma emancipação cada vez maior dos pretos e mulatos. Por este motivo, acreditavam que estes pretos já estavam na Ilha antes da chegada dos portugueses.

Quanto ao povoamento de Cabo Verde, é de salientar que o mesmo começou pela Ilha de Santiago em 1462, mas não foi um processo fácil, porquanto o Arquipélago em si não representava nenhum atractivo para os portugueses, visto não possuir nem especiarias, nem metais preciosos, produtos de eleição na época. Tudo isso era aliado às condições climatéricas adversas ao cultivo de alguns dos produtos que constituíam a base da dieta alimentar dos portugueses, como o trigo, a cevada ou a oliveira. Mas isso por si só, segundo Baleno (2001), não constituía um entrave ao povoamento. Para ele, «(...) não é de crer que o distanciamento ou o clima constituíam de *per si* factores inibidores da presença europeia. Todavia, assoberbavam-se face à exiguidade dos recursos naturais, ganhando uma relevância que não pode ser ignorada. Este último factor, sim, pode ser visto como o principal responsável pela relutância verificada» (2001: 128)

Apesar destes contratemplos, a Coroa portuguesa queria povoar o Arquipélago, primeiro, para garantir o direito de propriedade sobre o território e, segundo, para que o mesmo servisse de base de apoio ao processo expansionista, já que as ilhas ficam situadas numa posição estratégica no meio do Atlântico, a poucos quilómetros da costa ocidental africana, onde a Coroa tinha muito interesse em reforçar a sua posição. Assim sendo, o Rei teve de conceder muitos privilégios por forma a atrair moradores para a Ilha de Santiago, a primeira a ser povoada. Os tais privilégios foram regulamentados pela carta régia de 1466. Segundo Baleno (2001), «ao abrigo deste importante diploma foram garantidas aos futuros moradores facilidades fiscais e comerciais que lhes permitiam uma ampla capacidade de manobra e lhes franqueavam por completo o lucro e promissor comércio com a costa da Guiné onde avultava já a escravatura. As únicas restrições que lhes foram impostas resumiam-se à proibição de poderem comerciar no trato de Arguim e de transaccionarem mercadorias defesas» (2001: 130).

Com os privilégios supramencionados, muitos comerciantes portugueses se instalaram em Santiago com o intuito de aproveitar o máximo das facilidades comerciais concedidas pelo monarca português. Isso leva alguns historiadores a acreditarem que as políticas adoptadas pela Coroa surtiram efeito. Uma das provas apresentada é a carta régia de 1472 que veio a

limitar os privilégios anteriormente concedidos. Neste documento, o Rei veio a estipular que os moradores de Santiago só podiam fazer trocas comerciais com os produtos produzidos na Ilha, ao contrário de antes que só não podiam levar os produtos defesos (Fernandes, 2002). Com estas mudanças, os comerciantes sentiram a necessidade de virar para o interior e investir na agricultura. Para isso, era necessária mão-de-obra e alguns outros investimentos. Assim, os escravos que antes eram apenas mercadorias para serem revendidos, passaram a ser povoadores do interior da Ilha, já que passaram a ser a principal força de trabalho e o maior número de habitantes.

O primeiro núcleo populacional instalou-se na Ribeira Grande, na que viria a ser a primeira cidade fundada pelos europeus nos trópicos. A razão para a escolha deste local em detrimento de outros, prende-se com o facto de ali existir abundância de água, algo que também existia nas ilhas de Santo Antão, São Nicolau e Brava, mas Ribeira Grande apresentava ainda uma outra vantagem, que é possuir um porto natural com melhores condições. Aliado a isso, Santiago possui um interior enorme e muitas ribeiras que podiam ser exploradas para o cultivo de vários produtos. Assim, a Ilha foi dividida em duas capitánias, a do norte e a do sul. A sede da capitania do sul ficou sediada na Ribeira Grande e o capitão foi António da Noli. Enquanto que a capitania do norte fora instalada em Alcatraz, capitaneada por Diogo Afonso, uma zona descrita como pedregosa e muito árida. Ao contrário da capitania do sul, que registou um enorme progresso graças ao incremento do comércio triangular entre África, Europa e América, a capitania do norte não teve o progresso esperado, já que ficava situada numa zona que não permitia o desenvolvimento da agricultura. A outra alternativa seria o comércio, mas com a forte concorrência da capitania do sul não conseguiu atrair comerciantes. Mesmo assim, Alcatraz, sede da capitania, recebeu estatuto de vila na mesma altura que Ribeira Grande nos finais de quatrocentos (cf. Baleno, 2001). Porém, a sede da capitania do sul acabou por ser transferida para a vila da Praia por volta de 1516 (Baleno, 2001: 141) e os seus habitantes mudaram-se para o povoado mais importante da época que era a Ribeira Grande. No interior de Santiago também se fixaram importantes núcleos populacionais, compostos maioritariamente por escravos, que trabalhavam as terras, já que os homens vindos do reino habitavam as cidades. No entanto, era do interior que vinham os principais produtos que os comerciantes precisavam para realizar trocas comerciais com a costa da Guiné, uma vez que, como já foi referido, só podiam utilizar nestas trocas os produtos cultivados na Ilha.

A segunda Ilha a ser povoada foi a do Fogo e ao que tudo indica, foi pela iniciativa dos próprios moradores de Santiago. Baleno (2001) acredita que tal se deu entre 1480 e 1493. A opção para ocupar esta ilha, no entender dele, causa alguma estranheza, tendo em conta a sua orografia, mas também pelo facto de não possuir recursos hídricos em abundância. Apesar disso, ele salienta que Fogo fica próximo de Santiago e tem condições propícias para o cultivo do algodão, que podia ser colhido duas vezes por ano. Tendo em conta que este era um dos produtos de eleição na altura, por ser a matéria-prima usada no fabrico do chamado “pano-da-terra”, que foi um dos produtos mais vendidos nos mercados da costa da Guiné. Assim, os moradores de Santiago começaram a fazer exploração do algodão, apesar de legalmente não o poderem levar para a costa da Guiné, visto não ser produzido em Santiago. Mas parece que conseguiram contornar esse impeditivo legal. O povoamento das ilhas de Santo Antão e São Nicolau só começou, e mesmo assim, de forma tímida, a partir do século XVI. Estas são as únicas ilhas a par de Santiago que possuía abundância de água. Nesta época eram utilizadas apenas para a criação de gado actividade que não requeria muita mão-de-obra. Por esta razão, só no século seguinte é que começaram a ter maior número de habitantes. Finalmente, as restantes ilhas foram ocupadas a partir do século XVII (cf. Baleno, 2001).

2. Formação da sociedade cabo-verdiana

A sociedade cabo-verdiana, como ela é hoje, é resultado de um longo processo de miscigenação de diferentes povos e culturas que foram levados para lá desde o século XV. Os povos em questão podem ser divididos em dois grandes grupos: o contingente europeu, formado maioritariamente por portugueses, e o contingente africano, formado por escravos de vários grupos étnicos provenientes da costa da Guiné. No que diz respeito ao contingente europeu, os historiadores afirmam que há mais informações sobre os portugueses, facto compreensível, uma vez que eram os detentores da soberania das ilhas e a maioria dos documentos da época foram produzidos por eles. Quantos aos africanos pouco ou nada se sabe, já que eram referidos na documentação apenas como escravos, sem nenhuma descrição detalhada da sua proveniência étnica, nome, etc.

De entre os europeus, os portugueses eram a maioria. Deste país foram para Santiago os comerciantes que aproveitaram as facilidades para comerciar livremente com a costa da Guiné. Por imposição legal, estes homens de negócio, tinham que investir na produção

agrícola para puderem obter produtos para fazerem trocas comerciais nos portos da costa africana. Apesar disto, eles não se tornaram agricultores, mas sim proprietários das terras mais férteis de Santiago. Assim, com o desenvolvimento do comércio e o aumento da procura no porto da Ribeira Grande, este especializou-se na reexportação de escravos para as Américas espanholas, tendo em conta que os espanhóis não podiam ir directamente à costa africana por causa do acordo que assinaram com Portugal. A Coroa sentiu-se obrigada a enviar vários funcionários para controlar as actividades comerciais e cobrar os respectivos impostos. De Portugal, para além das categorias profissionais referidas, também foram para Santiago alguns degredados para cumprirem penas por delitos cometidos no reino e nunca mais saíram de lá.

Uma outra categoria profissional que compunha o contingente populacional europeu em Santiago foram os estantes, como eram denominados na altura, que eram populações flutuantes que, apesar de não possuírem residência fixa naquela ilha, eram presença constante no porto da Ribeira Grande. Era através deles que os moradores da Ilha tinham acesso aos produtos vindos do reino e das outras paragens. Também eram os principais clientes dos produtos frescos (produzidos na Ilha como carne, verduras, água potável, etc.) que necessitavam para o mantimento da tripulação. Eles podiam ser tanto estrangeiros como portugueses. Dos estrangeiros, os mais representativos eram os castelhanos que iam comprar escravos e os cristãos novos (judeus).

Quanto ao contingente africano, a maioria dos historiadores afirmam que o grosso da população que deu o seu contributo para a formação da sociedade cabo-verdiana eram escravos, resgatados pelos marinheiros portugueses nos rios da Guiné. Se quanto a isso não restam dúvidas, o difícil é identificar com precisão quais são as procedências étnicas dos escravos e quais os grupos que mais contribuíram para a formação da dita sociedade. A historiadora Elisa Andrade (1996) afirma que os moradores de Santiago faziam resgates do rio do Senegal até ao limite norte da Serra Leoa, o que a leva a presumir que o grosso dos escravos são provenientes desta área geográfica. Contudo, ela afirma que com a entrada dos comerciantes ingleses, franceses e holandeses no século XVI, a influência dos moradores de Santiago se resumiu apenas ao que hoje é conhecido por Guiné-Bissau. Daí, tendo em conta este facto, a hipótese mais segura é que o maior número de pessoas terá vindo de grupos étnicos que se encontram actualmente nesse país, nomeadamente Mandingas, Balantas, Bijagos, Felupes, Beafadas, Pepel, Quissis, Brames, Banhuns, Peuls, Jalofos, Bambaras,

Bolola e Manjacos. A mesma historiadora saliente que Bissau e Cacheu forneceram o maior número destas pessoas (Andrade, 1996: 40-41).

Baleno (2001) vai no mesmo sentido e delimita as zonas de procedência dos escravos aos portos de resgate da costa da Guiné, nomeadamente, a actual Guiné Bissau e Casamansa, o que, segundo ele, não quer dizer que os cativos fossem destas zonas, já que os portos podiam ser apenas o local de escoamento dos mesmos. Para ele, «é nestas áreas que os moradores [de Santiago] iriam exercer a sua acção, destacando-se desde cedo as regiões do rio Casamansa (no extremo sul da actual Republica do Senegal), do rio S. Domingos e rio Grande (na actual Guiné Bissau). O grosso dos navios armados em Santiago partia em direcção a esta região, pois o algodão tinha ali imediata colocação» (2001: 154). Também desta região, alguns historiadores afirmam que há evidências de terem ido para Santiago homens livres, mas não é certo que, no ambiente da época, se tivessem instalado na Ilha, já que podiam ser escravizados a qualquer momento pelos detentores do poder. Sabendo deste risco, eles podiam até aventurar-se para Santiago, mas não ousariam arriscar-se a fixar residência na Ilha.

Os legados destes dois contingentes continuam visíveis na sociedade local. A língua cabo-verdiana (o crioulo) é o expoente máximo da miscigenação entre estes dois estratos humanos que ocuparam o arquipélago. A língua falada por todos os cabo-verdianos, de todas as ilhas e de todos os estratos sociais, resultou da fusão do português arcaico com as várias línguas trazidas pelos escravos. Todavia, é consensual entre os historiadores e linguistas que a maioria dos vocábulos veio da língua portuguesa, bem como a estrutura das frases (Andrade, 1996). Ainda falando de outras contribuições dos africanos para o enriquecimento da diversidade cultural em Cabo Verde, a historiadora Elisa Andrade aponta os seguintes elementos:

La ‘tabanka’, sorte d’association fonctionnant en système d’aide mutuelle en cas de maladies ou des hanches est rythmé par le tam-tam ; certaines pratiques magico-fétichistes très souvent exprimées en liturgie catholique ; le ‘cola-sanjon’, danse populaire de groupe qui s’organise dans les églises où se déroule la messe de ‘São João’ (Saint Jean) ou de ‘Santo António’ (Saint Antoine) ; l’effort des tâches journalières laissé aux femmes, tandis que les hommes se reposent et s’adonnent à des activités sociales une fois terminés les travaux de semence qui ont surtout lieu à une

seule époque de l'année ; le jeu de 'uril' pratiqué sur un plateau de bois avec douze cavités contenant chacune quatre noyaux ; l'utilisation du mortier, du pilon et de la calebasse; l'habitude de porter les enfants sur le dos ; l'alimentation à base de céréales, surtout le maïs et les haricots ne comprenant pas l'utilisation du pain. (1996: 57).

Dos portugueses, para além da religião católica, das estruturas administrativas, os cabo-verdianos herdaram o modo de ordenamento das cidades, em contraponto com o meio rural onde o modo de agrupamento das casas e, até mesmo a arquitectura, é apontado como sendo mais parecida com os funcos africanos. Tal é compreensível, pelo facto do interior ter sido habitada ao longo de sucessivos séculos pelos escravos e seus descendentes. Ainda voltando à herança dos portugueses, é de salientar que, no meio urbano, a forma de ordenamento das ruas, das casas, as praças e pracetas, são todas apontadas como sendo uma herança dos colonizadores. Nas praças centrais das principais cidades, encontramos a igreja, a câmara e o tribunal, à semelhança do que se encontrava nas cidades portuguesas de então. Também foi dos portugueses que receberam todas as festas populares como o Natal, a Páscoa, o Réveillon, entre muitos outros que são celebrados em todos os cantos do país (Andrade, 1996). Como detentores do poder, os portugueses fizeram de tudo para impor a sua cultura aos restantes povos e, ao longo da história, há registos da tentativa de aculturar os outros e limitar a influência dos estrangeiros. Para tal, foi proibido a entrada e permanência dos cristãos novos na Ribeira Grande, mas também houve a proibição das manifestações culturais dos escravos. Um dos exemplos disto foram os vários dispositivos legais que foram criados com o intuito de limitar os horários e os cortejos da tabanca apenas às zonas periféricas da cidade. Mas também havia toda uma pressão da Igreja Católica sobre os fiéis para que estes não participassem nestas manifestações, para não irem aos bailes de gaita, etc., porque eram tidas como manifestações gentílicas (cf. Trajano Filho, 2006).

A economia de Cabo Verde nos primórdios do povoamento estava intimamente ligada à costa da Guiné. Isto é, o arquipélago, mais concretamente a Ilha de Santiago, precisava daquela região para fazer o escoamento das suas produções, mas também precisava dela para poder ter mão-de-obra para produzir e revender para outros destinos, nomeadamente às Américas. O comércio com a costa ocidental africana rendeu avultados lucros aos comerciantes e à Coroa portuguesa. Porém, com a entrada de novas potências no tráfico de escravos, com a mudança da conjuntura internacional, nomeadamente a união ibérica (após 1580), os armadores que estavam instalados em Santiago, para aproveitar dos privilégios

concedidos pela Coroa e comerciar com a costa da Guiné, começaram a perder interesse na Ilha e a mudarem-se para outras paragens. Assim, a economia local entrou em recessão e nunca mais voltou a ganhar a dinâmica com que começou. Isso porque não havia ligações regulares com a costa e os grandes proprietários não tinham como adquirir escravos para trabalhar as terras, mas também não tinham como fazer o escoamento dos produtos. A produção agrícola, que antes era destinada à exportação, passou a limitar-se a subsistência: as grandes propriedades foram fragmentadas e arrendadas aos ex-escravos e seus descendentes, apesar da proibição legal de o fazer, já que as grandes propriedades não deviam ser fragmentadas nem alienadas, mas não havia outras alternativas (cf. Correia e Silva, 2001).

Por altura da restauração da Independência de Portugal em 1640, os historiadores notam que já não havia muitos portugueses em Cabo Verde, já que o interesse de Portugal passou a ser o Brasil, uma região mais rica em termos de recursos naturais. Por aí foram canalizados todos os investimentos. Cabo Verde foi votado ao abandono, mas periodicamente era enviado para lá um governador e um ouvidor para fazer justiça. Na ausência do governador, a Câmara assumia as suas funções (Correia e Silva, 2001). A partir da segunda metade do século XVII os brancos da terra, ou seja pretos e mestiços com algum poderio económico por serem descendentes dos portugueses, mas que nunca chegaram a ter poderio económico deles, passaram a dominar todas as estruturas do poder local em Santiago e as terras mais férteis da mesma. Estes homens desempenharam um papel importante na manutenção do domínio português na Ilha já que eram os únicos que conseguiam dominar os “vadios”¹, uma vez que eram seus rendeiros e dependiam deles para viver, ter protecção etc. Também eram estes brancos da terra que conseguiam fazer a mediação entre os poucos reinóis que aportavam em Santiago e a esmagadora maioria dos vadios.

Assim sendo, deve-se salientar que a sociedade santiaguense chega a finais do século XVIII com uma população totalmente endógena, quer a elite composta pelos mulatos e pretos, quer uma população livre composta pelos vadios. Os poucos escravos que havia, tinham nascido na Ilha. Nesta altura pode dizer-se que já estavam lançadas as bases para a formação da nação cabo-verdiana que vem amadurecendo ao longo do tempo. Já não havia uma minoria

¹ Este termo inicialmente foi utilizado para se referir aos escravos fugiões que se refugiavam nas montanhas e encostas do interior de Santiago, para se alimentarem, assaltavam e pilhavam as propriedades dos morgados. Tendo em conta que a comunicação terrestre era precária, dificilmente seriam apanhados pelas autoridades. Contudo, com o passar dos anos esta designação foi extensiva a toda a população rural da Ilha, que continua a ser os escravos e os seus descendentes, e, mais tarde toda a população santiaguense passou a ser designada de *badiu* (vadios).

branca, que controlava todos as instâncias do poder e uma massa escrava composta por gentes oriundas de vários grupos da costa ocidental africana, com diferentes credos, línguas, hábitos, costumes, etc. Nesta altura, pressupõe-se, já havia uma sociedade homogênea, com uma religião própria, uma língua comum para todos, etc. Porém, com o abandono da Coroa portuguesa, a decadência da estrutura económica assente no tráfico de escravos, a fuga dos investidores reinóis, os habitantes das ilhas começaram a enfrentar enormes dificuldades para se sobreviver. A principal actividade económica resumia-se à agricultura de subsistência, que dependia muito da bondade da natureza, isto é, se chovesse havia fartura, se não chovesse as pessoas e os gados morriam à fome. Ao longo da história, há registos de vários ciclos de fome, que dizimaram por vezes metade da população das Ilhas. A última grande fome foi a fome de 1947, imortalizada por muitos compositores das músicas populares. A solução encontrada para escapar à fome foi a emigração para destinos diversos que começou nos meados do século XVII para América do Norte e continua até aos nossos dias para diferentes destinos.

Apesar da crise e do abandono a que foi votado, Cabo Verde esteve sobre a jurisdição portuguesa até 1975 e teve um papel importante no apoio à navegação de longo curso. Serviu de entreposto comercial para a *ladinização* dos escravos que, posteriormente, seriam revendidos para as Américas. Santiago especializou-se no fornecimento aos navios de longo curso que demandavam aos portos da Ilha de produtos frescos, tais como água potável, mantimentos e alimentos, frutos, carne salgada, tartaruga, etc. Importa frisar que ao longo de muitos anos, não havia outro porto seguro na costa da Guiné onde os barcos pudessem fazer aguada com segurança. Foi graças a estas dinâmicas comerciais que o Arquipélago sobreviveu ao longo do tempo, apesar da esmagadora maioria da população ter sofrido por causa das secas, fomes e da pobreza extrema generalizada, uma vez que Cabo Verde cedo deixou de ser prioridade dentro do império português e as autoridades não se preocupavam em investir para aliviar o sofrimento da população. Todavia, Cabo Verde teve um papel relevante dentro do império que vai muito além de simples base de apoio à navegação de longo curso. No século XX, o arquipélago também forneceu técnicos para administração colonial em todas as colónias portuguesas em África. Carreira (1983) chega mesmo a afirmar que cerca de 70% dos funcionários públicos da Guiné eram cabo-verdianos ou seus descendentes.

Desde a Independência a esta parte, o nível de vida de muitos cabo-verdianos registou melhorias notáveis. Cabo Verde conseguiu, em menos de 35 anos, passou de um país pobre

para um país de rendimento médio. Os índices de saúde, de educação e muitos outros subiram de forma considerável. Este desenvolvimento está ligado à forma como o país se relaciona com o mundo, característica que manteve ao longo da história, apesar da sua posição periférica. Os sucessivos governos apostaram muito na cooperação internacional e, na primeira fase, conseguiram atrair assistência de doadores internacionais. A partir da década de 1990, criaram um conjunto de medidas com o intuito de atrair o investimento estrangeiro que tem dado um contributo importante na criação de emprego e na respectiva redução de pobreza. O turismo também ganhou nova dinâmica: o país criou novas infra-estruturas rodoviárias, portuárias e aeroportuárias que facilitam a circulação de pessoas e bens em todas as ilhas. Também as remessas de grande número de emigrantes espalhados por vários países, desempenham um papel importante na melhoria da situação económica de diversas famílias.

3. Emigração: uma solução para os cabo-verdianos

Como já foi referido nos parágrafos anteriores, o abandono a que Cabo Verde foi votado pelas autoridades portuguesas e as intempéries da natureza, formaram uma dupla perfeita para obrigar os homens destas ilhas a procurar uma solução de sobrevivência além-mar. Tal nem sempre foi fácil, tendo em conta a lentidão dos veleiros do século XVII, mas também, com a crise que se vivia nas ilhas, os barcos não tinham muitos motivos para aportar nos seus portos, já que sem a chuva não havia produção e, sem esta, não havia exportação. Porém, antes de entrar em detalhe nas principais causas da emigração cabo-verdiana e das estratégias utilizadas para entrar nos países de acolhimento, importa olhar, a nível mundial, o que impulsiona os homens a se deslocarem de um país para outro. Alguns autores como Góis (2006), Lopes Filho (2007) entre outros, não hesitaram em apontar a falta de emprego como uma das principais causas da emigração. Aliados à falta de emprego encontram-se outros factores, não menos importantes, como as perseguições políticas e religiosas, conflitos étnicos, procura de terras aráveis para o cultivo, espírito de aventura, etc. Assim, ao falar das causas da emigração cabo-verdiana, Góis (2006) encontra similitudes com aquilo que os teóricos desta temática apontam como as principais causas da emigração, tais como a falta de emprego, falta de chuva, sistema fundiário muito conservador, etc.

Para este autor, existem duas categorias de migrações: a de curta e a de longa duração. No primeiro caso, ele enquadra as pequenas deslocções do campo para a cidade e, no caso

concreto de Cabo Verde, as pequenas deslocações do centro para o litoral ou de uma Ilha para outra. No que à Ilha de Santiago diz respeito, trata-se das migrações dos concelhos do interior para a Cidade da Praia e, mais recentemente, para as Ilhas do Sal e da Boa Vista. No que tange às migrações de longo curso, o autor afirma que são as migrações internacionais cuja principal causa é a procura de melhores condições de trabalho e de salário. Regra geral, aventuraram-se nestas viagens mais homens do que as mulheres. No caso de Cabo Verde, porém, existem destinos, como a Itália, para os quais a larga maioria dos emigrantes são mulheres (como uma cifra de 90%. cf. Grassi, 2007).

Ao falar da questão da escolha dos possíveis destinos, Góis (2006) afirma que a existência de patrícios e uma rede de apoio é determinante. No caso concreto de Portugal, as relações históricas de cerca de cinco séculos com Cabo Verde, as proximidades culturais e o facto de ambos possuírem a mesma língua, aliados ao facto de existirem muitos cabo-verdianos a residir neste país, ajudam na escolha, mesmo que apenas de passagem para destinos mais promissores no seio da União Europeia. Todavia, quando as pessoas nascidas em Cabo Verde começaram a emigrar livremente para a América do Norte, entre 1685 e 1700 (cf. Fernandes, 2002: 53), tudo leva a crer que não havia qualquer proximidade cultural e nem mesmo tinham parentes próximos naquele sítio. Isto se justifica pelo facto de a emigração cabo-verdiana ter iniciado num período muito crítico para o Arquipélago, como já foi referido. Na verdade, os homens das ilhas não tinham escolha. Neste sentido, Carreira (1983) afirma que existem duas componentes da emigração cabo-verdiana: a espontânea e a forçada. Para ele, a primeira componente é aquela que os homens das ilhas iniciaram no século XVI para a costa da Guiné, altura em que legalmente nem se falava de cabo-verdianos, já que aquele território pertencia ao vasto império português e os filhos das ilhas eram identificados oficialmente como portugueses. A segunda iniciou-se no século XIX e perdurou até a Independência do país em 1975. Esta componente migratória surgiu numa altura em que as autoridades coloniais incentivaram a contratação da mão-de-obra local para trabalhar nas roças de São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique em condições quase servis. Mas os emigrantes não tinham outra alternativa. Entre morrer de fome ou viajar e trabalhar em tais condições, preferiram emigrar. Assinavam um contrato de trabalho que, regra geral, não era cumprido pelos donos da terra.

Neste trabalho será analisado mais detalhadamente a emigração espontânea, já que são estes emigrantes que têm o poder simbólico de moldar as estruturas sociais em Cabo Verde,

mesmo não estando fisicamente presentes. Por ora, porém, centremos a nossa análise no historial migratório de Cabo Verde.

Os primeiros registos da saída de homens livres nascidos em Cabo Verde para outras paragens datam dos finais do século XV e princípio do século XVI, quando alguns homens nascidos nas ilhas se lançaram na costa da Guiné para servir de intermediários comerciais entre os europeus e os povos autóctones, casando entre estes povos e participando dos seus rituais. Esta prática era ilegal e havia punições para os infractores. Mas estes podiam pagar uma coima para voltar a viver na legalidade em Santiago. Depois disso, foi a vez dos naturais das ilhas seguirem aventuras para a então colónia inglesa da Nova Inglaterra, actuais Estados Unidos da América. Quanto às datas, há um desfasamento entre alguns autores que se dedicaram à esta temática. Fernandes (2002) aponta 1685 a 1700 como o início do processo: Correia e Silva (2004) afirma que foi na segunda metade de 1700 que se começou a notar a presença de navios norte-americanos nas Ilhas da Boa Vista e Maio. Os marinheiros aproveitavam para comprar produtos locais como couro e sal, também aproveitavam para repousar das longas viagens.

Ao fazer o historial da emigração cabo-verdiana, o historiador António Carreira divide-a em três fases distintas. Segundo ele, a primeira fase teve início entre 1685 e 1700 e dirigiu-se à América do Norte, impulsionada pela pesca da baleia praticada pelos ingleses radicados naquele território. Contudo, o historiador reconhece que não há suficiente documentação sobre este período que permita fazer uma descrição mais aprofundada sobre a vida destes primeiros emigrantes. Segundo ele, tudo leva a crer que muitos naturais das ilhas seguiram viagem para aquele território nos baleeiros. Todavia, os documentos referentes à migração para os Estados Unidos datam do século XIX, aludindo ao facto da mesma já ocorrer há mais de um século. Correia e Silva (2004) ao descrever os contactos dos marinheiros norte-americanos com os crioulos, diz que não se resumia apenas ao convívio em terra. Os cabo-verdianos foram recrutados para desempenhar algumas funções nos veleiros que percorriam o Atlântico à procura da baleia para depois regressar aos portos de *Nantuket*, *New Bedford* e *Boston*, onde finalmente arribavam.

A chegada da primeira leva dos naturais de Cabo Verde, tendo em conta as datas supramencionados, foi antes da Independência dos Estados Unidos da América, o que leva Correia e Silva (2004) a afirmar que «será justo dizer que a comunidade cabo-verdiana está

entre os pioneiros da colonização deste país-continente» (2004: 39). Tendo ainda, em conta as presumíveis data da chegada, o mesmo autor afirma que os povos das ilhas foram os primeiros africanos a viajar livremente para aquele país. Desta feita, as relações entre Cabo Verde e os Estados Unidos foram saudáveis, apesar de na altura Cabo Verde não ser um Estado independente. Em 1817, numa altura em que os Estados Unidos davam os primeiros passos no sentido da sua afirmação internacional, foi acreditado o primeiro cônsul daquele país no Arquipélago. Este gesto contribuiu para cimentar as relações bilaterais e facilitar a emigração para as Américas. Assim, outras zonas de influência dos Estados Unidos receberam emigrantes cabo-verdianos, levados por eles. Correia e Silva (2004) reconhece que este ainda é um assunto mal conhecido no meio académico, mas vai dizendo que é provável que, a par de açorianos, os cabo-verdianos tenham participado na fundação das colónias das Ilhas de Hawai ou em Monterey na Califórnia, onde terão participado da corrida ao ouro.

A prosperidade encontrada nos Estados Unidos atraía cada vez mais os cabo-verdianos que, com o passar do tempo, passaram eles mesmos a organizar as viagens, assumindo todos os riscos. Ainda, hoje, sobrevivem na memória popular histórias de naufrágios e outros contratempos que os emigrantes tiveram que enfrentar na longa travessia do Atlântico. Estas questões ainda continuam pouco estudadas. Por isso, Correia e Silva (2004) acredita que só teríamos a ganhar se nos lançássemos na recuperação destas narrativas populares, uma vez que isso nos permitiria obter informações preciosas sobre os primórdios da emigração cabo-verdiana, já que a documentação escrita apresenta muitas lacunas e deixa muitas questões pertinentes sem resposta. Chegados ao destino, os naturais das ilhas passaram muito tempo ligados à actividade portuária, nomeadamente nas docas, nas pescas costeiras e no Mar Ártico. Porém, à medida que a comunidade começou a expandir, ao longo do século XIX, muitos dos seus membros passaram a desempenhar outras actividades na agricultura e noutros sectores que não exigiam qualificações. Assim sendo, e com o aumento do número de emigrantes, o Arquipélago começou a sentir os impactos da emigração. Os dólares daí provenientes passarão a ter um papel importante na economia familiar, para além de constituírem uma base importante de divisas para o governo colonial.

Os benefícios não se resumiam apenas aos dólares enviados, já que os emigrantes uniram-se por diversas vezes para acudir às ilhas em momentos de apuros, quando estas eram assoladas pela seca e fome cíclicas. O primeiro registo desta mobilização data de 1832, numa altura em que Cabo Verde atravessava mais um dos momentos complicados por causa da

fome. De acordo com Correia e Silva (2004), os emigrantes enviaram comida, medicamentos e dinheiro para salvar os familiares e amigos. Nota-se também que o aumento do fluxo migratório impulsionou o desenvolvimento da marinha marcante no Arquipélago e fez com que surgissem novos armadores e alguns lendários marinheiros. A influência americana não ficou restrita apenas aos benefícios materiais. Ainda hoje são visíveis as mudanças na cultura e na paisagem. Uma delas foi a propagação das seitas protestantes nas Ilhas da Brava e de São Nicolau, num arquipélago marcado pelo tradicionalismo católico. Outra influência digna de registo é a difusão dos ideais democráticos e de participação cívica. Exemplo desta pressão veio da Ilha Brava, onde em 1901, se realizou pressão sobre as autoridades para que fossem realizadas eleições municipais. Esta pressão realizada quase sempre por ex-emigrantes que traziam tais ideias dos Estados Unidos, onde tinham convivido de perto com os ideais liberdade pessoal e democracia. Mas parece que as autoridades locais não estavam dispostas a ceder às exigências dos ex-emigrantes. De acordo com o autor supramencionado, «Guedes Novaes, Governador português que no referido ano [1901] dirigia os destinos de Cabo Verde, aconselhou o Ministério do Ultramar, em Lisboa, a não ceder perante o que ele considerava ser ‘excessivas veleidades americanistas’» (2004: 41).

Apesar da generosidade e dos contributos que os primeiros emigrantes deram para o progresso de Cabo Verde, isso não quer dizer que tivessem uma vida fácil nos Estados Unidos. As condições de trabalho e de habitação eram precárias e expunham os emigrantes, que sempre estiveram habituados a climas quentes, a um inverno muito rigoroso com temperaturas muito baixas que acabavam por provocar a morte a muitos. A estratégia dos emigrantes era trabalhar arduamente, acumular uma quantia de dinheiro e depois regressar em grande para gozar os proveitos na sua ilha natal. Mas, como é sabido, infelizmente as coisas nem sempre funcionavam assim. Por isso, os homens começaram a investir mais no reagrupamento familiar, levando mulheres e filhos, e passaram a viver em habitações com mais dignidade nos Estados Unidos. A integração dos filhos passou a ser melhor e, com isto, o sonho do regresso triunfal acabava por ser adiado, não chegando a cumprir-se para muitos. Desta feita, e com a chegada de novas levas de emigrantes, houve uma espécie de sedimentação dos mesmos, o que fez com que surgissem várias comunidades cabo-verdianas naquele país, diferenciadas pelo tempo de estadia e pelo grau de integração social e profissional.

A segunda fase da emigração cabo-verdiana, segundo as divisões de Carreira (1983), decorreu entre 1927 a 1945. Neste período, o autor nota que houve uma baixa no número de emigrantes devido à fome de 1921-22, que provocou a morte de 17% da população do Arquipélago, aliada à grave crise económica que o mundo atravessou entre 1929 e 33, que fez com que diminuísse o número de navios de longo curso. Por outro lado, este período coincide com as datas das restrições à entrada de analfabetos nos Estados Unidos (1919), destino com alguma tradição de receber os emigrantes crioulos. Assim, os cabo-verdianos viraram para o continente africano, principalmente para a cidade de Dakar e, em menor escala, para Bissau. Foi também neste espaço temporal que as autoridades coloniais intensificaram a criação de um conjunto de medidas legislativas no sentido de facilitar a ida das populações rurais de Cabo Verde para trabalhar nas roças das outras colónias africanas portuguesas, especialmente Angola e São Tomé e Príncipe. Este processo, que já vinha do século XIX, mais ganhou mais força no início do século seguinte.

Dias (2000) nota que o direccionamento das correntes migratórias para as colónias do sul se dava na mesma altura em que as autoridades portuguesas procuravam dificultar a saída dos cabo-verdianos para países estrangeiros. Segundo ela, tal política «revela a intenção de aproveitamento, por parte da metrópole, da mão-de-obra dos colonos cabo-verdianos. Mantendo-se o discurso da seca como motivador, incentivam um tipo particular de emigração, diminuindo o número de pessoas a sustentar em Cabo Verde e fornecendo uma solução parcial para o problema da seca, ao mesmo tempo que se favorecia os negócios nas colónias do sul, proporcionando mão-de-obra às suas explorações agrícolas» (2000: 24). Importa salientar que as pessoas que se aventuraram para estas regiões não conheceram qualquer tipo de emancipação social, já que muitos continuaram a viver na miséria e bem pior do que aqueles que ficaram em Cabo Verde e por isso não tiveram um regresso triunfal. Aqueles que regressaram dependiam muito da solidariedade dos familiares, amigos, vizinhos para sobreviver.

A terceira fase da emigração cabo-verdiana, segundo Carreira (1983), decorreu entre 1946 e 1973. Para Góis (2006), contudo, esta fase perdura até aos dias de hoje. Nesta fase, verificou-se uma alteração das rotas migratórias para o velho continente e uma nova retoma para os Estados Unidos, ainda que muito lenta. Entre 1946 e 1973 estima-se que tivessem saído de Cabo Verde cerca de 143.375 pessoas, o que corresponde a uma taxa anual de 5.049 pessoas, quase igual ao crescimento demográfico deste período, que foi de 5.167 pessoas por

ano (Góis, 2006: 69). Os dados apresentados pelos autores supramencionados, permitem-nos constatar que, entre 1946 e 1952, cerca de 76% das deslocações ocorreram dentro do império colonial português, sendo que 58% dirigiram-se directamente para a Metrópole. Góis (2006) reconhece a pouca fiabilidade dos dados recolhidos, mas nota que a emigração cabo-verdiana para Portugal é uma realidade já antiga, remontando à década de 30 do século passado. Aos poucos, o número de cabo-verdianos foi aumentado, atingindo um pico nas décadas de 80 e 90. Importa, também, salientar que neste período houve uma queda acentuada nas migrações transatlânticas, que já vinha ocorrendo desde o início do século, motivada pelas restrições de entrada nos países de acolhimento. Por exemplo, a emigração para o Brasil e América do Sul significava apenas 1% do total das saídas e para os Estados Unidos não passava de poucas dezenas por ano (Cf. Góis, 2006 e Carreira, 1983).

Até à Independência de Cabo Verde em 1975, as deslocações dentro do império português, não contavam para as estatísticas como emigração, mas apenas como uma deslocação interna. Por este motivo, os dados apresentados pelos autores supramencionados podem ficar muito aquém da realidade. Um outro facto relevante é que, com abertura das fronteiras do velho continente para os naturais do Arquipélago, a emigração forçada para o sul caiu drasticamente, como já foi referido no parágrafo anterior. A larga maioria dos emigrantes destinavam-se a Portugal. Muitos utilizaram este país apenas como trampolim para outros países do centro e norte da Europa. Para este continente, a emigração cabo-verdiana começou a acelerar a partir de 1960, aliciados por um mercado de trabalho que carecia de mão-de-obra barata. Assim, a par de Lisboa, Roterdão começou a posicionar-se como um destino de eleição dos emigrantes crioulos. Nesta altura, Góis (2006) estima que já viviam legalmente cerca de 9000 mil cabo-verdianos nesta cidade. Outras cidades europeias do mesmo período tais como Paris, Roma, Nápoles, também já contavam com números consideráveis de trabalhadores cabo-verdianos.

Todas estas dinâmicas migratórias que atingiram a América do Norte, a América do Sul, os países do norte, centro e sul da Europa e ainda vários países do continente africano, fizeram com que Cabo Verde se tenha tornado numa nação maior que o Estado, transcendendo as fronteiras do Arquipélago. Por esta razão, Cabo Verde é hoje uma nação cuja maioria dos cidadãos vive fora do Arquipélago. Esta gente, porém, continua de uma forma ou outra ligada às suas origens, dando um contributo importante para o processo de desenvolvimento do país em vários domínios.

CAPÍTULO II

VIVER LONGE DE CASA: A QUESTÃO DA MOBILIDADE E DO TRANSNACIONALISMO

Tendo em conta que a emigração cabo-verdiana sempre esteve ligada a uma extensa rede de solidariedades entre parentes e vizinhos, neste capítulo pretendo explicar como se desenrola a vida destes imigrantes em Portugal e a relação que mantêm com outros parentes que vivem noutros países. Para isso, será feita uma resenha histórica da emigração cabo-verdiana para Portugal, a inserção laboral dos imigrantes, o papel que as redes sociais desempenham na vida dos imigrantes e dos seus familiares, o papel das casas, a mobilidade dentro de Portugal e no seio da União Europeia e, por fim, a questão do transnacionalismo na era da globalização.

1. Resenha histórica

Portugal é um país que ao longo da sua história tem estado a receber imigrantes. Aliás, o próprio processo de formação deste país confirma isto mesmo, uma vez que o condado Portucalense foi doado pelo rei de Leão e Castela, Afonso V, a um estrangeiro nascido em França, Henrique de Borgonha, também lhe proporcionando casamento com sua filha Teresa como recompensa da preciosa ajuda que lhe deu na guerra contra os Mouros. Após a sua morte 1128, Afonso Henriques seu filho, sucedeu-lhe no trono 1128 e, depois de muitas batalhas, em 1143, o condado conquistou a condição de reino com o nome de Portugal. Afonso Henriques, filho de um estrangeiro, ficou para história como primeiro rei de Portugal (cf. Mattoso, 2001: 31-32). Mais recentemente, já no século XIX, Góis (2006) fala da emigração dos galegos para a cidade do Porto, mas, na opinião dele, estes fluxos não tiveram muita visibilidade nas produções científicas, nem no discurso político.

Portugal também é um país de emigração. Góis (2006) calcula que o número de portugueses a residir no estrangeiro seja cerca de 20 vezes superior ao dos estrangeiros a viver em Portugal. Na opinião dele «se não é seguro que Portugal tenha deixado de ser um país emissor de emigrantes, também não é inteiramente seguro que a designação ‘país de imigração’ seja imediata e directamente aplicável a Portugal» (2006: 190). Apesar das dificuldades em aceder a dados estatísticos sobre a movimentação de cidadãos portugueses

dentro da União Europeia, o autor supracitado afirma que número destes é largamente superior ao dos estrangeiros que aqui se encontram. Ele estima que há cerca de 4.342.710 portugueses no estrangeiro, para pouco mais de 350.000 estrangeiros legais a residir em Portugal.

Voltando à questão da visibilidade científica dos imigrantes em Portugal, importa salientar que foi a partir dos anos 90 do século passado que esta questão entrou na agenda académica, com a comunidade cabo-verdiana a ganhar maior projecção, isto pelo facto de ser a maior comunidade na altura (Góis, 2006: 192). É de salientar que os primeiros cabo-verdianos começaram a chegar a Portugal no início do século passado (Carreira, 1983), mas foi a partir da década de 60 do mesmo século que os cabo-verdianos começaram a chegar em maior número a este país. Assim, Góis (2006) sintetiza a imigração cabo-verdiana para Portugal em três fases: a primeira fase, segundo ele, teve o seu início nos anos 60 com a vinda de trabalhadores cabo-verdianos para trabalhar nas obras públicas na metrópole. Contudo, antes deste período já havia alguns estudantes, daquela então província, que vinham concluir os estudos secundários e universitários em Portugal (Horta e Malheiros s/d). Estes eram em número pouco expressivo, passando quase que despercebidos na sociedade de acolhimento.

Como já foi dito, os primeiros trabalhadores começaram a chegar na década de 60 do século passado para substituir a mão-de-obra portuguesa que, no mesmo período, emigrava em massa para os países do centro da Europa (França, Alemanha, Luxemburgo, etc. cf. Lopes Filho, 2007). Como recorda um dos meus informantes, o Rui², foi na sequência da visita de Marcelo Caetano à então província de Cabo Verde que se abriram as portas aos naturais destas ilhas para o trabalho na metrópole. Este dirigente de então, constatou que havia no Arquipélago mão-de-obra em abundância, numa altura em que Portugal estava a ter um bom crescimento económico, estavam a ser construídas obras de grande envergadura como a ponte sobre o Tejo ou o metropolitano de Lisboa que requeriam uma grande quantidade de trabalhadores pouco qualificados. Os trabalhadores cabo-verdianos vieram directamente para estas obras como contratados. Na altura, era apenas uma deslocação dentro do espaço colonial português, por isso, não se exigia muita documentação.

Muitos destes trabalhadores ainda estão vivos, uns a gozar a reforma em Cabo Verde e outros a morar em Portugal. Ao longo da investigação, com vista à elaboração deste trabalho,

² Todos os nomes de informantes neste trabalho são pseudónimos.

quer em Cabo Verde, quer em Portugal, tive a oportunidade de conversar com algumas destas pessoas, maioritariamente homens, que se predispuseram para contar as suas experiências de vida ao longo destes anos. As principais causas apontadas para a saída de Cabo Verde foram a escassez da chuva e a consequente falta de emprego, já que a esmagadora maioria viviam em meio rural. A agricultura constituía a principal fonte de rendimento. Não havendo chuvas regulares, estavam condenados a passar fome. A condição de vida que encontraram em Portugal não era nada daquilo que estavam à espera. Vieram para trabalhar na construção civil e a maioria moravam nas casernas nos anexos das obras que, como bem recorda o informante João Sanches, não tinham nenhuma condição para os protegerem do frio, da chuva ou do calor e tinham que cozinhar na lenha, mesma quando estava a chover. A este propósito, João Lopes Filho afirma que estes homens viviam «em condições degradantes, tanto nos locais de trabalho como na vida social, sendo-lhes destinados os trabalhos mais ingratos e reservadas instalações pouco cómodas» (2007: 44). O mesmo autor ainda constata que viviam aqui em condições bem piores do que as que tinham em Cabo Verde, apesar da pobreza extrema que o Arquipélago atravessava à época.

Quanto à segunda fase da imigração cabo-verdiana para Portugal, Góis (2006) constata que, neste período, chegaram principalmente os retornados e repatriados das ex-colónias portuguesas em África. Este processo começou com a guerra colonial que, durou entre 1962 e 1974. Todavia, o auge da chegada destas pessoas registou-se em 1975, altura em que se deu a Independência de todas as colónias portuguesas em África. Neste período, o autor assinala que não vieram somente os portugueses, como também, chegaram muitos cabo-verdianos que estavam a trabalhar para a administração colonial noutros países como Angola, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe e Moçambique. De Cabo Verde, também, chegaram muitas gentes que não se reviam no novo regime que se instalou nas ilhas e se sentiam perseguidos. Tendo em conta a rapidez em que o processo de transição do regime colonial para o novo regime se deu e toda a transformação que daí advieram, não é possível calcular o número de cidadãos cabo-verdianos que aterraram em Portugal. Assim Pedro Góis afirma que «o número de cabo-verdianos incluídos no total de ‘retornados’ é muito difícil de calcular dada a inexistência de fontes estatísticas credíveis que discriminem os indivíduos naturais de Cabo Verde ou de ascendência cabo-verdiana de entre o total de retornados» (Góis, 2006: 213).

Um dos meus informantes, Emanuel Araújo, que saiu de Cabo Verde no período de transição para a Independência, conta que naquela altura vivia em São Vicente, onde

frequentava o ensino secundário e os seus pais viviam na Ilha do Sal, sua terra natal. Ele diz que sempre foi contra a ideia de Independência e os seus pais também não alinhavam com os independentistas. Por este motivo, foram colocados na “lista negra” pelos que lutavam contra os colonizadores. Quando se consumou a Independência, os seus pais não se reviam nos novos detentores do poder e mudaram-se para Portugal. Foi nas terras lusas que concluiu o ensino secundário e depois seguiu para a Bélgica onde frequentou e concluiu com sucesso uma licenciatura em economia e um mestrado em turismo. Depois dos estudos regressou para Portugal onde abriu na década de 1980 uma empresa de consultoria ligado a sua área de formação. Emanuel conta que sempre foi de férias a Cabo Verde, mesmo não tendo simpatias pelos governantes, mas tinha lá muitos familiares e amigos que lhe eram muito querido.

Na década de 1990, com a abertura do regime ao pluripartidarismo, Emanuel foi convidado a integrar o primeiro Governo da II República. Confessa que aceitou o convite na hora e se mudou para Cabo Verde, passou lá alguns anos e depois que saiu do governo abriu uma empresa no ramo do turismo no Arquipélago. Afirma que sempre gostou de Cabo Verde, mas não concordou com a forma como o processo da Independência foi conduzido e muito menos no regime instaurado logo de seguida. Mas como sempre gostou da sua terra natal, ficou com a nacionalidade cabo-verdiana até hoje e só recentemente adquiriu a cidadania portuguesa. Para estreitar e aproximar cada vez mais os seus filhos da sua origem, conta que todos os anos os leva a férias em Cabo Verde, mas afirma que os seus filhos já não se sentem cabo-verdianos e não se identificam como o país.

Em Portugal, ao contrário do primeiro grupo de trabalhadores que chegaram na década de sessenta do século passado, Araújo sempre morou em bairros de classe média, uma vez que o seu pai continuou a trabalhar como professor e tinha um salário que dava para pagar o aluguer de uma casa em boas condições. Assim, afirma que o estilo de vida que levou não diferia muito daquilo que os portugueses de classe média levavam. Concluiu o ensino secundário com excelentes notas e depois seguiu para a Bélgica para frequentar a universidade, onde também concluiu com sucesso os estudos, tendo regressado a Portugal para ser empresário. A ascensão social que teve contrasta muito com a dos seus patrícios que chegaram uma década antes. Estes vieram para trabalhar na construção civil e obras públicas e fizeram a mesma coisa até se reformaram. Não se nota nenhum sinal de ascensão social entre os que ficaram aqui em Portugal embora, os que regressam a Cabo Verde sintam muitas melhorias da qualidade de vida, com será demonstrado nos próximos capítulos.

Como já foi referido, na segunda fase da emigração cabo-verdiana para Portugal também vieram muitos cabo-verdianos que prestavam serviços nas outras colónias Portuguesas e as suas respectivas famílias. Neste sentido, o informante Carlos Garcia, que nasceu na ilha do Fogo e seguiu para Angola com dois anos de idade para acompanhar a família, já que o seu pai foi convidado para trabalhar como notário numa das conservatórias daquela província portuguesa em 1962, conta que depois da Independência de Angola tiveram que abandonar o país. A melhor solução era voltar para Portugal, já que em Cabo Verde eram mal vistos. Um outro facto que também pesou quando a família optou por regressar a Portugal, país onde o seu pai tinha estudado, foi o facto de poder assim conservar os direitos adquiridos na função pública. Foi em Portugal que Carlos conclui os seus estudos secundários e universitários e trabalhou aqui por conta própria. Hoje conta que tem várias empresas em Portugal e em Cabo Verde nas áreas do turismo e de *design*.

Ao contrário de Araújo que saiu de Cabo Verde na adolescência e manteve laços fortes com Cabo Verde, Carlos conta que até há pouco tempo não tinha nenhuma ligação com a sua terra natal, uma vez que saiu de lá com dois anos e não deixou nem parentes nem amigos. O interesse em conhecer Cabo Verde surgiu há pouco tempo, mais concretamente em 2007, quando um empresário e político cabo-verdiano o convidou para visitar aquele arquipélago e conhecer de perto as potencialidades daquelas ilhas. Foi a partir de então que ele começou a procurar os familiares, mas confessa que encontrou muito poucos, já que a esmagadora maioria, sobretudo os seus tios, viajaram para os Estados Unidos, o Senegal e Angola. Em Cabo Verde, abriu já duas unidades hoteleiras e tem mais projectos de investimento em carteira para a Ilha do Fogo, sua terra natal. Desde 2007, que visita Cabo Verde várias vezes ao ano para tratar de negócios, mas também para aproveitar a *morabeza* daquele país.

Na terceira fase da emigração cabo-verdiana para Portugal, Góis (2006) inclui os emigrantes laborais dos anos 80 do século passado aos nossos dias. Esta fase foi marcada pelo processo de reagrupamento familiar, já que os homens que vieram nos anos anteriores mandaram buscar os seus familiares que ficaram em Cabo Verde, nomeadamente, mulheres e filhos. Foi nesta fase também que o número de estudantes do ensino superior e médio começou a crescer. Ainda, é nesta fase que encontramos emigrantes que apenas possuíam a nacionalidade cabo-verdiana, embora muitos vieram a obter a cidadania portuguesa, porque os que chegaram antes de 25 de Abril eram portugueses da província ultramarina de Cabo Verde e muitos conservaram a nacionalidade portuguesa. Os que chegaram, e que estavam ligados

ao aparelho colonial conservaram a nacionalidade portuguesa. Para além destes imigrantes, hoje em dia já se fala dos imigrantes cabo-verdianos de segunda e terceira geração, que podem ou não possuir a nacionalidade cabo-verdiana.

A família de Tatiana pertence ao grupo de imigrantes que chegaram a Portugal na terceira fase da imigração cabo-verdiana para Portugal. Tatiana conta que a sua mãe casou-se com um cabo-verdiano que chegou a Portugal na década de 1970 proveniente de São Tomé e Príncipe, onde foi contratado para servir nas roças. Com as tensões do período pós-independência, conseguiu fintar as autoridades e seguiu para Lisboa, onde morou até os últimos dias da sua vida em 2005. Durante a primeira e única vez que foi de férias a Cabo Verde, esse homem tinha conhecido Joana, mãe de Tatiana com quem se casou. Trouxe-a para Portugal no âmbito de reagrupamento familiar. Tatiana veio mais tarde, também no âmbito do reagrupamento familiar e prosseguiu os estudos universitários. Ainda na sua família vieram mais dois irmãos, sua tia, dois primos e teve ainda um filho aqui. Importa salientar que foi neste período que entrou o maior número de cabo-verdianos em Portugal. Isto explica-se pelo facto de terem vindo tanto novos trabalhadores quanto os familiares dos que já cá estavam antes, apesar de alguns autores afirmarem que as estatísticas oficiais não dão uma ideia exacta do número dos nacionais de Cabo Verde que entraram e permaneceram em Portugal neste período. (cf. Machado, 1997).

2. Inserção laboral

A esmagadora maioria dos cabo-verdianos que se emigraram para Portugal vieram à procura de emprego e de melhores condições de vida. Antes de analisar o segmento de mercado onde os cabo-verdianos estão inseridos, porém, importa olhar primeiro para a questão da inserção social dos mesmos. Assim, no artigo intitulado «Cabo-verdianos em Portugal: ‘comunidade’ e identidade», Luís Batalha (2008) afirma que existem várias comunidades cabo-verdianas em Portugal cuja existência se verifica, sobretudo, ao nível da vizinhança dos bairros, apesar de todos se identificarem como cabo-verdianos. Para o autor, a educação constitui um dos principais factores de diferenciação. Assim, subdivide a comunidade cabo-verdiana em Portugal em duas comunidades. A primeira é composta pela elite colonial, descrita nos parágrafos anteriores, gente escolarizada, muitos com formações

médias e superiores: a outra é composta pelos trabalhadores que têm pouca ou nenhuma habilitação (Batalha, 2008).

A inserção laboral dos imigrantes cabo-verdianos em Portugal está umbilicalmente ligado ao nível educacional. Os quadros médios e superiores que ocupavam cargos na administração colonial (Carreira, 1983), conseguiram em geral manter o vínculo com a administração pública portuguesa e mantêm-se bem inseridos nos estratos médios da sociedade portuguesa. Os seus filhos conseguiram prosseguir os estudos secundários e universitários, o que lhes permite o acesso a postos de trabalho de classe média e alguns chegaram mesmo a ser empresários, como Araújo e Carlos. No outro extremo, encontram-se os trabalhadores manuais não qualificados, que constituem a maioria. Estes vivem num mundo completamente diferente dos primeiros. A sua inserção laboral é nos segmentos secundários do mercado de trabalho tais como obras públicas, construção civil, serviços de limpeza etc. (Lopes Filho, 2007).

Neste sentido, Horta e Malheiros (s/d) afirmam que a inserção profissional dos cabo-verdianos em Portugal ainda é marcada por uma sobre-representação nas categorias menos qualificados e menos valorizados como a construção civil e as limpezas industriais e domésticas. Estes autores recorrem a um estudo encomendado pela Embaixada de Cabo Verde em Portugal em 1999, que afirma que 85% dos activos desta nacionalidade se dedicavam à construção civil, às obras públicas e à indústria. Segundos estes autores, esta percentagem é tão elevada que supera a média das populações africanas instaladas em Portugal: no mesmo período, apenas 77% dos “africanos” residentes em Portugal se dedicavam a estas actividades. Os autores, ainda, afirmam que cerca de 10% dos activos têm actividades pouco qualificados, como serviços de limpezas. Isto justifica-se pelo facto destas pessoas possuírem poucas ou nenhuma habilitações e também pelo papel que as redes sociais desempenham na inserção laboral. Sobre as redes sociais voltaremos a falar mais à frente neste capítulo.

Num encontro promovido por uma das associações de imigrantes cabo-verdianos num dos bairros periféricos da Área Metropolitana de Lisboa para comemorar o Dia dos Trabalhadores (1 de Maio), tive a oportunidade de conversar com vários trabalhadores sobre as suas experiencias de vida como imigrantes em Portugal. O dia foi marcado por vários eventos e entre eles uma conferência, onde os oradores e a plateia partilharam as suas

dificuldades no mercado de trabalho. No encontro estiveram presentes imigrantes do primeiro, segundo e terceiro grupo. Dos vários testemunhos, a história da Dona Fátima merece ser descrita neste trabalho pela sua singularidade. Ela tinha um emprego estável na função pública cabo-verdiana, auferia um bom salário. Numa das férias dos finais dos anos 1990 veio a Portugal e encontrou uma velha amiga que lhe fez uma proposta de trabalho que a levaria a ganhar 200 contos, mais do dobro daquilo que ganhava em Cabo Verde. Segundo os seus cálculos na altura acumularia num ano uma quantia razoável de dinheiro, que lhe permitiria regressar. Pediu licença sem vencimento do emprego em Cabo Verde e começou a trabalhar numa situação irregular em Portugal. O facto é que não se adaptou ao novo emprego. Era nocturno e ela não estava habituada a trabalhar por turnos e muito menos a fazer longas horas de trabalho, que às vezes chegavam a 12 horas diárias.

Foi a partir de então que o pesadelo da D. Fátima começou, porque já não tinha o dinheiro suficiente para regressar a Cabo Verde. Também não queria regressar sem nada, para não dar motivos à chacota dos vizinhos, conhecidos e familiares. A solução encontrada foi procurar novos empregos, mas os únicos que encontrava eram como empregada doméstica. Não possuía habilitações suficientes para mais do que isso, nem a documentação exigida para concorrer a outros empregos. De início, como não estava habituada com estes trabalhos, e sendo uma pessoa que sempre teve uma vida estável em Cabo Verde, custava-lhe muito por exemplo ter que comer restos da comida dos patrões. Foi-se demitindo mas, como todos faziam o mesmo, teve de se acostumar com essa dura realidade. O salário mal dava para pagar as despesas e, como tinha filhos em Cabo Verde para sustentar, sentiu-se obrigado a procurar um segundo emprego. Mesmo assim não dava para muito. Por isso, quando a terminou a licença da função pública cabo-verdiana, não teve sequer o dinheiro suficiente para pagar a passagem de regresso para Cabo Verde.

D. Fátima diz que sempre contou com os seus familiares e amigos que a ajudavam a encontrar novos empregos e, por isso, nunca ficou desempregada. Mas tinha que se deslocar muitos quilómetros para chegar ao posto de trabalho, porque sempre morou nas zonas periféricas de Lisboa. Até hoje, passados mais de 10 anos, não conseguiu ainda fazer as poupanças que ambicionou. Por isso, conclui que a sua aventura por terras lusas não passou de uma ilusão e de um tremendo fracasso. Por ambição mal informada abandonou e prejudicou os seus filhos. Com a ideia de conseguir ganhos avultados em pouco tempo, acabou por perder

tudo e ter que fazer trabalhos que nunca tinha pensado vir a fazer e a morar em condições inferiores às que estava habituada, passando por muitas humilhações.

Casos como este são recorrentes e, no encontro, ouviam-se muitos, quer de homens, quer de mulheres. Trabalham arduamente na construção civil e nos serviços domésticos mas o salário mal dá para pagar despesas (são, como diz a expressão inglesa *working poor*). Para complicar, na construção civil, os subempreiteiros não pagam na hora certa e muitas vezes fogem com todo o dinheiro dos trabalhadores sem deixar rastros. Porém, como já foi referido, também há cabo-verdianos de sucesso em Portugal, que se encontram bem inseridos no mercado de trabalho português, auferindo bom salário. Neste grupo inclui-se a elite colonial, mas também muitos jovens que vieram aqui com o objectivo de frequentar o curso superior e que conseguirem alguma colocação na sua área de formação. As histórias de Araújo e Carlos, confirmam isso mesmo. No encontro do Dia dos Trabalhadores estiveram presentes cerca de uma dezena de jovens quadros ligados ao sector da banca, turismo, telecomunicações, advocacia, etc. Estes jovens têm uma participação activa no seio da comunidade cabo-verdiana, lideram associações comunitárias, juvenis e, até mesmo, ramificações de partidos políticos cabo-verdianos.

3. As redes sociais

Desde de o início que a emigração cabo-verdiana foi marcada por uma forte rede de solidariedade entre os que se encontram já no exterior e os candidatos a emigrantes. Isto é, quando uma pessoa pensa em sair do país, prioriza sempre os países onde tem parentes, amigos ou vizinhos, cuja ajuda com a documentação, alojamento e outros apoios necessários até conseguir meios próprios de subsistência. Foi assim que aconteceu com os primeiros marinheiros cabo-verdianos que seguram para os Estados Unidos de América nos meados do século XVII (Carreira, 1983). Estes partiram sobretudo da Ilha da Brava e da Ilha do Fogo e construíram uma rede que continua forte até hoje graças as estreitas relações que mantiveram com as suas origens, mas também porque mandaram buscar parentes, mandaram remessas para a terra, etc. Hoje, passado mais de três séculos, é difícil encontrar um foguense ou um bravense que não tenha um familiar nos Estados Unidos da América.

No que tange à emigração cabo-verdiana para Portugal também se verificou o mesmo. Das conversas que tive com os imigrantes e ex-imigrantes, pude constar que o historial migratório deles sempre esteve ancorado numa rede de solidariedades que começam nas aldeias em Cabo Verde e se estendem pelos distintos países de acolhimento. Os casos de Juvenal, António, Armando e Rui³, homens que já fecharam o ciclo da emigração, ou seja já regressaram a casa, mostram a importância das redes para a manutenção dos fluxos migratórios. O Sr. Juvenal, por exemplo, soube da possibilidade de trabalhar em Portugal pelos companheiros de trabalho em Cabo Verde. Na altura (1971) ainda não havia muitos cabo-verdianos em Portugal, mas ele foi trazido por uma das firmas de construção civil sobre a que tinha sido informado e onde trabalhavam já alguns patrícios seus. Os restantes casos, com excepção de Armando, que veio mais tarde, fizeram a mesma coisa. Chegado a Portugal procuraram sempre morar perto dos seus conterrâneos para se sentirem protegidos e para tentar reconstruir uma quotidianidade do tom cabo-verdiano.

O conceito de boa vizinhança, também, foi trazido para o país de acolhimento. Sr. Rui recorda que, nos primeiros anos da emigração, morou com colegas cabo-verdianos na mesma casa, inclusive dividiu quarto com um amigo que aqui conheceu. Quando faltava qualquer coisa em casa (sal, fósforos, etc.) não hesitava em tomar emprestado dos vizinhos cabo-verdianos. Nos tempos livres, também, virou hábito reunirem-se todos na casa de um dos patrícios para se divertirem ou então nos cafés que estes abriram. Estes lugares também são utilizados para a comemoração de datas importantes tais como o Natal, a passagem do ano ou as festas dos santos padroeiros de Cabo Verde, como *Nhu Santiago*, (São Tiago) ou Santa Catarina. Tudo isto serve para reconstruir a vivência cabo-verdiana, mesmo estando longe. Ora, se na primeira fase era assim, hoje o cenário não é muito diferente. Surgiram, porém novos elementos, já que os primeiros imigrantes utilizaram as redes para trazerem os seus familiares mais próximos.

A família de Tatiana usou a rede criada para trazer novos familiares para Portugal. Hoje vivem todos na cidade de Almada nos arredores de Lisboa. Tatiana conta que sempre contou com a ajuda da mãe e da tia na procura de emprego e na resolução de outros problemas. Ela também conta com o apoio das suas irmãs que vivem em França e Espanha, com quem mantem contactos regulares. Ainda em Portugal tem mais dois tios que vieram para aqui nos anos 1980 e que apesar de estarem mais distante dos restantes elementos da

³ Estes são os quatro informantes com os quais trabalhei em Cabo Verde

família se encontram em Lisboa. Por isso, fazem também parte da rede, já que, quando um membro da família se desloca para Cabo Verde, eles aproveitam para enviar encomendas para os familiares que se encontram lá. Por sua vez estes também se aproveitam da presença dos “migrantes” para mandar algumas lembranças para Lisboa.

As redes sociais também são utilizadas pelas pessoas que se dedicam ao comércio informal, as *rabidantes* dos principais mercados de Cabo Verde (Grassi, 2002) que realizam a aquisições das suas mercadorias no estrangeiro. Esta actividade é praticada exclusivamente por mulheres, que se organizam em pequenos grupos constituídos por comadres, primas, irmãs, vizinhas, etc. para se descolarem ao estrangeiro a fim de comprar produtos que revendem em Cabo Verde. Nas suas viagens para estrangeiro, sobretudo para Portugal, apoiam-se nas redes de familiares e amigos para obter vários tipos de apoios tal como alojamento, informações sobre os locais de compra, empréstimo de dinheiro, etc. Os membros destas redes também são compradores dos produtos que elas trazem de Cabo Verde. Assim Grassi (2007) conta que

Nas suas narrativas de viagens, as ‘rabidantes’ referem que a actividade comercial permite ajudar os familiares e outros membros da comunidade cabo-verdiana nos países da diáspora que visitam com o intuito de adquirir bens. Consideram a venda em Portugal dos produtos adquiridos no Brasil e a venda por atacado para o retalho em Portugal como um exemplo da genuína actividade ‘retalhista’: uma actividade secundária e acessória que serve simplesmente para providenciar ‘ajuda’ a familiares que, particularmente em Portugal, possam estar a passar por situações financeiras mais degradantes do que aquelas que elas enfrentam em Cabo Verde, devido às dificuldades económicas da sociedade de acolhimento. Por outras palavras, o sucesso das empresas comerciais geridas pelas ‘rabidantes’ garante uma forma de sustento para os membros do agregado familiar na diáspora, gerando a redistribuição do lucro no espaço transnacional e o aparecimento de processos de imitação do comércio informal na diáspora (2007: 50).

As redes sociais têm um papel muito importante na vida dos imigrantes cabo-verdianos em Portugal. Como ficou evidente na citação anterior, as redes não servem apenas para prestar apoios aos recém-chegados, mas também para apoiar os membros da família que se encontram em trânsito. As “rabidantes” que quando têm situações financeiras estabilizadas,

apoiam os familiares aqui, levam os produtos deles para vender nos mercados de Cabo Verde. As redes são alimentadas pelas pessoas que chegam e que, assim, alastram os seus contactos para os seus familiares e amigos que ficam na terra. Em suma, um emigrante potencial pode reduzir muito o custo de sua viagens dependendo do apoio que tiver por parte dos membros das redes sociais que tem no país de acolhimento. Neste sentido, Góis (2006) afirma que «as redes surgem e expandem-se, facilitando a vida de quem delas faz uso e estimulando o aparecimento de novos migrantes potenciais. Paradoxalmente, ou talvez não, a auto-sustentabilidade das redes migratórias tende a gerar desequilíbrios nas potenciais regiões de origens migratórias pode ser o factor desbloqueador da própria migração» (2006, 144).

4. Mobilidade, Transnacionalismo e Globalização

A larga maioria dos migrantes cabo-verdianos residentes em Portugal é composta por trabalhadores pouco qualificados que vieram para aqui à procura de melhores condições de vida. Sendo assim, estão sempre dispostos a deslocarem-se novamente na procura de trabalho para qualquer parte do território nacional e, até mesmo, o estrangeiro. A mobilidade analisada nesta tese é a mobilidade entre casas. Contudo, não queremos deixar de lado a questão da mobilidade profissional e social. Falando da mobilidade social dos imigrantes em Portugal, Egreja e Peixoto (2011) afirmam que este é um fenómeno ainda pouco estudado. Contudo, já surgiram alguns estudos que nos podem ajudar a compreender melhor o fenómeno. Machado e Abrantes (2005) estudaram a mobilidade profissional dos cabo-verdianos e dos indianos de etnia hindu. Do referido estudo, os autores concluíram que o trabalho assalariado era a condição antes da partida para a emigração, como também continua a sê-lo depois de chegada ao país de acolhimento, neste caso Portugal, sobretudo em modalidade de trabalho precário o que, na opinião dos autores, revela continuidade social, isto apesar de obterem mais rendimentos fazendo a mesma coisa (Egreja e Peixoto, 2011: 46). Como já foi referido, com as baixas habilitações, os cabo-verdianos encontram emprego maioritariamente na construção civil, obras públicas e serviços domésticos.

Assim, para analisar a questão da mobilidade residencial, vamos centrar-nos na história de Pedro, um imigrante de 40 anos que vive em Portugal há 13 anos e sempre trabalhou na construção civil mas em vários distritos, sempre levados pelos subempreiteiros. Nestas deslocações, o alojamento fica por conta dos patrões ou então dormem nos contentores

improvisados para o efeito e regressa a casa na Trafaria aos fins-de-semana. Pedro afirma que se for num sítio distante, prefere ficar lá e poupar nos transportes. Também já trabalhou no estrangeiro, nomeadamente em Espanha e Holanda. Nestes casos, foi por conta própria e teve que contar com os apoios dos amigos e familiares que residiam nesses países. Isto é, recorreu à rede social formada pelos seus familiares - neste caso, a sua irmã que reside em Espanha e um primo que vive na Holanda. Pedro conta que passou um ano em Espanha a trabalhar na construção civil e durante este tempo ficou hospedado na casa da irmã. Também, teve uma aventura mal sucedida na Holanda onde ficou hospedado com o primo, mas não ficou muito tempo por lá já que não conseguiu arrumar emprego, pelo facto de não possuir autorização de residência naquele no país. Como a legislação é muito exigente e a fiscalização muito apertada, viu-se obrigado a regressar a Portugal.

Da análise da história de família de Pedro com enfoque na mobilidade, nota-se que desde o primeiro momento contou sempre com o apoio dos membros da sua rede social. Em Cabo Verde nasceu e viveu no município de Tarrafal, no interior de Santiago, onde trabalhou como agricultor nas terras de seu pai e como pescador. Ele é casado e pai de quadro filhos, dois rapazes e duas meninas, sendo que uma delas vive com ele em Portugal, já que neste momento frequenta o ensino superior. Pedro conta que, para sair de Cabo Verde, teve que pedir ajuda ao seu pai, um reformado que viveu muitos anos em Portugal, onde acumulou algum dinheiro e investiu numa propriedade agricultura, onde pratica a agricultura de regadio e vende os produtos nos principais mercados da Ilha de Santiago. Antes disso o seu pai já lhe tinha oferecido um bote para ele se dedicar à pesca juntamente com o seu irmão mais novo. Mesmo assim, não lhe recusou novo apoio. Com a venda dos produtos agrícolas e de algumas cabeças de gado bovino, o pai de Pedro juntou o dinheiro necessário para ele e o irmão tratarem dos expedientes necessários para embarcarem para Portugal. O expediente foi um visto de turista, algo que não foi difícil porque conhecia umas pessoas que lhe trataram dos papéis necessários.

O irmão de Pedro teve mais sorte e conseguiu o visto primeiro. Pedro explica que não é só a questão de sorte. As pessoas que os ajudaram com a documentação preferem não dar entrada com muitos pedidos ao mesmo tempo na embaixada, já que podem levantar suspeitas. Portanto, o seu irmão chegou primeiro e ficou hospedado com um primo no bairro da Trafaria. Para lá veio também mais tarde. Já que tinha aqui irmão e muitos primos, a sua inserção no mercado de trabalho não foi complicada. Em menos de uma semana já estava na

obra a trabalhar. Deixou em Cabo Verde mulher e filhos e uma dívida por liquidar com o seu pai. Por isso não escolhia trabalho; para ele o importante era ganhar dinheiro. Assim, em parceria com o irmão, compraram uma barraca no mesmo bairro, onde acrescentaram mais um anexo depois. Um quarto ficou para ele e o outro para o irmão. Esta casa serviu de base para as suas viagens quer dentro de Portugal quer para outros países, já que sempre voltou para lá.

Pedro recorda que teve o seu “quartel-general” em Trafaria até quando o irmão mandou buscar sua mulher (em 2006) que tinha ficado em Cabo Verde. A partir desta altura teve que mudar e já não recorda por quantas casas passou, visto que consoante encontrava um trabalho, procurava uma casa o mais próxima possível. Para além da questão da proximidade do local de trabalho, também o factor preço influenciou muito. Prefere sempre as casas mais baratas. Estes factores impendem-no de criar uma relação emocional com as casas onde mora, uma vez que são estadias concebidas como temporárias entre 1 e 6 meses, dependendo da estabilidade do emprego. Quanto à questão da mobilidade social e profissional, pode-se dizer que não houve nenhuma mudança significativa. Ele saiu de Cabo Verde como agricultor e pescador, sectores onde não se requer muita classificação e continuou aqui a exercer na construção civil, onde também não se requer qualquer qualificação. Passados mais de 10 anos, conta que sempre fez a mesma coisa e não pretende mudar de vida. Isto nos leva a concluir que não houve sinal de mobilidade, mas sim uma estagnação social e profissional.

Pedro recorda que já foi de férias cinco vezes a Cabo Verde, o que dá uma média de uma viagem em cada dois anos. Sempre foi no mês de Janeiro que, para além de ser época baixa, quando as passagens são mais baratas, também coincide com a festa de Santo Amaro, padroeiro da cidade do Tarrafal, sua cidade natal, onde estão seus parentes e amigos. Pedro também construiu uma casa nesta cidade o que o deixa dividido entre dois países. Tal facto torna-o um cidadão transnacional. Apesar de viver em Portugal, mantém ligações simbólicas e afectivas com as suas origens. Assim, Glick-Schiller et Al (1992 cit. Góis 2006: 151), afirma que «(...) as migrações contemporâneas tinham um novo tipo e actor, o transmigrante, que partilhava a sua vida entre a sua sociedade de origem e a sociedade de destino. Os migrantes passam a ser apelidados de transmigrantes quando desenvolvem e mantêm múltiplas relações, familiares, económicas, sociais, organizacionais, religiosas e políticas, que ampliam as fronteiras colocando em inter-relação o global e o local».

Em jeito de conclusão, diria que a maioria dos meus informantes se assemelha a estes transmigrantes. Hoje em dia, num mundo cada vez mais globalizado, onde as pessoas têm cada vez mais facilidade em se deslocar de um lugar para o outro, existe um acesso cada vez mais rápido às tecnologias de informação e comunicação. Por isso, é cada vez mais fácil viver entre dois mundos, por assim dizer. Isto é, estar dividido entre o país de acolhimento, neste caso Portugal, e o país de origem, Cabo Verde. Todos os meus informantes confessam que têm contactos permanentes com Cabo Verde e com os familiares, amigos e outros para tratarem de negócios, investimentos, etc. Também acompanham de perto o dia-a-dia de Cabo Verde pelas informações que lhes chegam através dos meios de comunicação social *online*, nomeadamente jornais, rádios e televisão.

CAPÍTULO III

O REGRESSO A CASA

O regresso constitui o momento mais marcante na vida de qualquer emigrante caboverdiano, já que, para além de ser o momento de rever os familiares e os velhos amigos, também é o momento de expor as suas conquistas e sucessos no exterior. Por isso, este é um momento planificado mesmo antes da partida, mas nem todos conseguem cumprir tal objectivo. Tendo em conta esta particularidade, neste capítulo será analisado como se desenrola a vida dos emigrantes que já regressaram a casa e a relação que mantêm com esta.

Ao abordar o tema «casa e família como categorias descritivas» no seu livro *Os Contextos da Antropologia*, Pina-Cabral recorre aos estudos feitos por si no Alto Minho que o levam a concluir que «um dos principais factores que concedem unidade a esta visão é uma imagem do que, para aquela sociedade, é a unidade social primária e a forma como se espera que esta unidade se reproduza a si própria e se relacione com unidades idênticas» (Pina-Cabral, 1991: 110). Assim, o autor diz que nesta região se utilizam três palavras para designar unidade social: casa, família e lar. A ideia de *casa*, segundo ele, estava mais ligada às comunidades rurais enquanto que o conceito de “família” é mais usada pela burguesia local. Mais adiante, o autor afirma que o uso preferencial do termo “família” entre os antropólogos do Mediterrâneo se deve às influências das obras de Maine e Morgan que foram um dos precursores dos estudos de parentesco. Segundo eles, «a história social humana era marcada por um grande movimento que parte de uma predominância das relações e termina com uma predominância das relações de territorialidade» (1991: 113).

No artigo intitulado «Sem palavras: etnografia, hegemonia e quantificação» publicado em 2008, em que Pina-Cabral fala das relações das mulheres sem terra (chamadas “cabaneiras”) do Alto Minho com as *casas*, ele sugere que

O significado mais indicado da *casa* no Minho não era o edifício (...). Uma ‘casa’ naquelas freguesias é um ‘vizinho’, isto é, uma das unidades fundacionais da sociedade camponesa. Uma *casa* é uma unidade que contempla edifícios, terras, animais, gentes e, substancialmente, um nome, uma reputação, um lugar no cemitério. A casa era (...) a unidade social primária (...). Quem não preenchia todas essas qualidades podia bem ter vivido na freguesia desde sempre e ser descendente de habitantes que sempre aí tivessem vivido, mas não seria nunca ‘vizinho’, isto é,

membro de pleno direito na freguesia. Independentemente da qualidade da alvenaria do edifício em que habitasse, uma tal pessoa não teria uma ‘*casa*’. (Pina-Cabral, 2008: 62)

No que diz respeito ao papel da *casa* no contexto da emigração em Cabo Verde, vale notar que, nas duas teses desenvolvidas no Departamento da Antropologia na Universidade de Brasília sobre a mesma orientação, uma intitulada *Tão Longe, Tão Perto: Organização familiar e emigração feminina na ilha da Boa Vista, Cabo Verde* (Lobo, 2006) e a outra intitulada *Entre Partidas e Regresso: tecendo relações familiares em Cabo Verde* (Dias 2000), percebe-se o empenho das autoras em explicar a organização familiar neste contexto e o papel central que a *casa* desempenha na confraternização dos membros do grupo doméstico que se encontram espalhados entre vários países. A tese de Andréa Lobo reflecte sobre a organização familiar da Ilha da Boa Vista, onde ela fez as suas observações, analisando os grupos compostos por pessoas relacionadas pela residência comum, pelo casamento, seja ele formal ou não, por relações de filiação e, como em muitos casos, por relações mais amplas de parentesco e de amizade. No entanto, a autora faz questão de realçar que a noção de família nesta sociedade não tem os mesmos contornos da família nuclear europeia, uma vez que «a ideia de mobilidade tem um elevado valor nessa sociedade insular. As pessoas mudam de casa, de parceiros sexuais, migram, partem e retornam». (Lobo, 2006: 58)

Para além da mobilidade, Andréa Lobo também explica casos de pessoas que se tornaram parentes pelo facto de viverem na mesma *casa* por muitos anos. Cita mesmo um trecho da história de vida de uma informante chamada Antónia que

não foi criada pela sua mãe de sangue, mas por uma senhora a quem chama de mãezinha. Foi levada para a casa dessa senhora para ajudá-la com os seus filhos pequenos e só saiu de lá para morar com o companheiro. Antónia sempre afirma que foi tratada como filha e irmã, por isso os considera como sua família. Além disso, viveu na vila de Sal-Rei caracterizada por boa vizinhança, onde os vizinhos se tratam como parentes, ou seja, se ajudam. No caso da sua relação com a família de Nha Josefa sempre foram vizinhas, se auxiliaram na criação das crianças e nos momentos que definem como sendo de dificuldades. (Lobo, 2006: 60)

A *casa* nesta sociedade tem uma grande importância e vai muito além da simples estrutura física. A autora fala que as pessoas aqui são fortemente identificadas com a *casa* e

que é comum ouvir-se dizer que fulano é da *casa* de sicrana. Para ela, assim como a família, a *casa* é também uma unidade fundamental para o pertencimento social de uma pessoa. A mobilidade entre as *casas* também é muito valorizada e há sempre a ideia de estar de passagem, quer para outras *casas* na vila ou mesmo para outras cidades do país e do estrangeiro. Todos os membros da família frequentam diariamente as *casas* dos pais e esta é considerada por todos como sendo a sua casa, tendo em conta que nasceram ali e continuam ligados a ela, mesmo morando noutra sítio. Normalmente, todas as crianças da família vivem ali até à fase adulta. Isto porque os pais migram e deixam-nas ao cuidado das avós. Os pais vão trabalhar e deixam que as avós cuidem delas. De facto, faz parte da tradição que as avós ajudem a cuidarem dos netos.

Andréa Lobo explica que, entre os boavistenses, existem dois tipos de *casa*: a *nos kaza* (nossa casa) e *nha kaza* (minha casa). *Nos kaza* é usada para se referir à *casa* dos pais, que todos os filhos e netos frequentam diariamente para ajudar nas tarefas domésticas, fazer os “mandados”, etc. As filhas deixam lá os netos para as avós cuidarem deles. É também ali que os membros das famílias se reúnem para conversar sobre diversos assuntos. É por isso que a *nos kaza* é “considerada” de todos os membros do grupo doméstico. *Nha kaza*, por outro lado, é a expressão usada para referir s *casa* que os filhos constroem depois de ficarem adultos para irem morar com a sua nova família. Importa, com efeito, lembrar que apesar das descrições de Andréa Lobo se referirem à Ilha da Boa Vista, mas poderiam ser extensivas ao mundo rural da Ilha de Santiago.

No seu estudo, Juliana Dias põe a tónica na questão do poder dentro de *casa*, ou seja, no grupo doméstico. Ela cita vários depoimentos de mulheres e homens que se assumem como chefes de *casa* no sentido de considerarem que detêm autoridade doméstica. A autora nota que os homens com quem trabalhou, maioritariamente emigrantes, são os responsáveis pelo envio de dinheiro para a construção e manutenção das *casas*. Contudo, mesmo que o desejem não conseguem deter a autoridade para determinar o comportamento dos restantes membros de casa. Este papel é assumido pelas mulheres, uma vez que são elas que passam mais tempo em *casa* com os filhos e estão sempre à procura de soluções para os problemas que surgem. Para tentar fazer valer as suas ordens, os homens emigrados ameaçam cortar as remessas mas acabam geralmente por reconhecer que lhes é difícil controlar tudo. Nalgumas sociedades patriarcais, os homens têm o papel de provedor do grupo doméstico. Em Cabo Verde, porém, quando deixam de cumprir com o seu papel por razões económicas, logo

perdem a legitimidade para dar ordens aos filhos e às mães dos filhos. Eles perdem a sua autoridade pelo facto de viverem distantes do grupo doméstico. Mas, na verdade não são só os homens emigrados que estão nesta condição. Mesmo quando estão presentes, a rotina dos homens é entrar na casa para comer, depois sair e voltar para dormir. (cf. Dias, 2000)

Dias (2000) cita os casos de dois homens: Carlos, que é um emigrante, e Amaro, que vive na cidade da Praia. Ambos tentaram impor ordem em *casa* quando as suas filhas engravidaram antes do casamento, mas não conseguiam passar além das intenções. Segundo ela,

a história de Amaro lembra muito a experiência de Carlos, o emigrante que volta a Cabo Verde, descobriu que sua filha já tinha dois filhos. Embora em situações um pouco diferentes, tanto Amaro quanto Carlos demonstram tentativas de impor determinada ordem no interior das respectivas famílias sem que os seus intuitos sejam alcançados. O alvo do conflito nos dois casos é o mesmo: a filha que engravidou sem se casar. Ambos os pais mostraram-se bastante insatisfeitos e reagem frente ao acontecido. Se a situação não pode mais ser desfeita, optam pelo castigo: Carlos corta relações com a filha e Amaro tenta expulsar as suas filhas de casa. Mas apesar das tentativas dos pais de se impor com base em sua autoridade, a situação permanece inalterada nas duas famílias. (Dias, 2000: 159-160)

Após estas breves reflexões iniciais, importa realçar que, neste capítulo, procuro retratar a vida e as relações familiares dos emigrantes que já fecharam o ciclo, ou seja, pessoas que tendo um dia abandonado o seu país à procura de uma vida melhor no estrangeiro, regressaram para gozar a reforma em Cabo Verde. Assim, o termo *casa* usado neste capítulo não se resume apenas à estrutura física, mas, como lembra Lobo (2006) e Pina-Cabral (2008), deve ser alargado às pessoas, às ideias, às propriedades, etc. Tendo em conta que o trabalho de campo apenas foi realizado na Ilha de Santiago, mais concretamente, na cidade da Praia e no interior dos concelhos de Santa Catarina e Santa Cruz, as descrições que se seguem apenas se resumem a estes sítios. Contudo, sempre que tal se justifique serão feitas comparações com outras localidades com base nos estudos elaborados por outros autores.

Posto isto, é de salientar que a ideia do regresso é um valor que está sempre presente e muito cultivado entre os cabo-verdianos, tanto para os que partem como para os que ficam e que aguardam ansiosamente pela vinda dos seus familiares, amigos, vizinhos, etc. Os

emigrantes que passam muito tempo no estrangeiro a trabalhar fazem as suas economias para poder regressar a sua terra, mesmo que de férias, para ver os familiares e amigos. Esta atitude constitui motivo de orgulho para eles bem como para os seus familiares, uma vez que o regresso é visto como sendo sinónimo de sucesso no exterior. Todavia, o desejo maior de qualquer um que tenha abandonado a sua *casa* é um dia poder regressar em definitivo. Quando saem para concretizar este sonho, a maioria dos emigrantes deixa na terra mulheres e filhos. Desde a partida, portanto, têm os planos de retorno bem definidos. Pretendem arranjar um bom trabalho que garanta o sustento a si e aos seus familiares assim como algumas poupanças para poderem fundar uma *casa*, uma propriedade agrícola para onde possam voltar quando chegarem à reforma.

Dias (2000) descreve o caso de António, que vive em Portugal com a mulher e filhos, tem um bom emprego e os filhos a estudar. Considera-se “bem instalado” no país que o acolheu, já tendo inclusive a sua própria casa. Numa das suas férias, ele foi a Cabo Verde para construir outra *casa* na sua cidade natal, onde ainda residem os seus parentes. A nova *casa* foi construída para que a sua família pudesse passar ali férias. Existem muitas histórias como esta. Regressar é o objectivo desde o momento da partida. As muitas *casas* que se encontram fechadas nas vilas e cidades um pouco por todo o país à espera do retorno dos seus proprietários comprovam que não partiram definitivamente. Ainda falando dos vínculos que prendem os emigrantes a Cabo Verde, Dias (2000) afirma que a *casa* é um deles, para depois afirmar que

a construção de uma casa em sua terra natal pode ser entendida como o desejo de reconstrução de um lar. Embora *casa e lar* sejam ideias distintas e uma não implique necessariamente a coexistência de outra (...), a casa é um símbolo que evoca a noção de lar. Para construí-la, é necessário um projecto que leve em consideração a vizinhança e a sensação de segurança e bem-estar que pode ser proporcionada por ela. Manter uma casa em Cabo Verde pode representar para o emigrante a manutenção do vínculo fundamental com o seu ponto de partida (2000: 57).

1. Melhor sítio para construir

Na altura de construir a casa há, nalguns casos, um intenso debate entre os familiares que estão em Cabo Verde e os que estão no exterior sobre o lugar ideal para construir. Alguns emigrantes, sobretudo os mais velhos e que deixaram mulheres e filhos na terra, preferem construir ou reabilitar as suas casas no sítio onde nasceram ou viveram antes de emigrarem, comprando algumas terras nas redondezas para o cultivo ou para a criação de gado.

O senhor João Semedo nasceu na Ilha do Fogo, mas passou a maior parte da sua vida em Portugal, para onde depois levou a mulher. Tiveram dois filhos que ainda residem em Lisboa. A sua vida ilustra a tendência dos mais velhos para regressar para perto das suas origens, uma vez que, antes de emigrar, este senhor já tinha morado vários anos na cidade da Praia, capital do país, onde ainda tem alguns parentes. Todavia, em 2009, quando decidiu voltar em definitivo para Cabo Verde, comprou uma parcela de terreno a um tio e construiu a sua *casa* na aldeia onde nasceu. Ele conta que gostaria de construí-la ao lado da *casa* dos pais, apesar destes já terem falecido. Mas, por ficar distante da estrada, optou pelo terreno do tio, que pressupõe ser um terreno de família. A monumentalidade da sua *casa*, que fica nos arredores da cidade de São Filipe, capital da Ilha do Fogo, destaca-a das restantes *casas* da aldeia. Nos arredores, ele cria alguns animais como cabras e galinhas. Montou um pequeno negócio, único na aldeia, que lhe garante algum sustento já que ainda não conseguiu a reforma por não ter completado a idade legal para o efeito.⁴

Um outro caso de emigrante que se reformou e regressou para perto dos progenitores é o do senhor Rui, que viajou para Portugal em 1971 e foi morar no bairro de Chelas em Lisboa onde arranjou mais uma mulher e teve dois filhos que ainda residem nesse bairro. Conta que morou quinze anos na emigração mas, devido a uma lesão que contraiu numa das pernas teve de se reformar por invalidez mais cedo do que esperava e regressar a *casa*. Antes de aventurar-se para “terra longe”, ele morava em Penedo, uma localidade do município de S. Salvador do Mundo, no terreno dos familiares da sua esposa. Porém, segundo conta, aquela situação feria-lhe o orgulho. Por isso, trabalhou muito no estrangeiro para arranjar o dinheiro necessário para construir a sua própria *casa* no terreno da sua mãe em Covão Grande, no mesmo município. Este terreno pertencia ao famoso Morgado da Ilha de Santiago, João de Deus Tavares Homem. Mas, com Independência e a reforma agrária, ficou na posse da família

⁴ A conversa com Sr. João Semedo começou na cidade da Praia, mas teve continuidade na Ilha do Fogo, quando fui passar uma semana lá para visitar alguns amigos.

senhor Rui. Antes de viajar para Portugal, Rui casou-se em Cabo Verde, onde deixou a esposa oficial e os filhos, mas isso não o impediu de arrumar outra mulher em Lisboa que teve de deixar quando optou por regressar.

Por outro lado, os jovens que não deixaram mulheres e filhos quando emigraram, preferem construir as suas residências nas cidades. Esta atitude muitas vezes é apoiada e incentivada pelos próprios pais, que não aceitam que os filhos, com o prestígio social que conquistaram no estrangeiro, venham morar nos bairros pobres das periferias das cidades ou nas humildes aldeias onde nasceram. Neste sentido, Dias (2000) conta a história da senhora Júlia, uma viúva que reside num bairro humilde nas periferias da cidade da Praia e que tem vários filhos emigrados. Um deles, residente na França, informou-a de que estava com dinheiro para comprar um terreno e construir a sua própria casa. O filho pediu a Dona Júlia que lhe procurasse um terreno nos arredores. A mãe, porém, levando em conta o facto de que o filho tinha acumulado uma quantia razoável de dinheiro e que desfrutava de uma boa situação financeira, comprou o terreno no bairro de Palmarejo. Importa frisar que Palmarejo é um dos bairros mais prestigiados da capital cabo-verdiana, composto maioritariamente por *casas* de emigrantes, empresários e dos jovens quadros do país. Ai se encontram algumas das melhores casas do arquipélago. O filho de Dona Júlia, porém, ao saber da escolha da mãe, não ficou nada satisfeito. Queria construir a sua *casa* no bairro humilde onde crescera mesmo se para a sua mãe, tal não fizesse sentido, devido ao seu novo estatuto social.

Percebe-se que há aqui um claro confronto entre o desejo dos emigrantes (de gerações diferentes) de restabelecer a vida no lar que tinham guardado nas suas lembranças e as expectativas dos familiares que ficam em Cabo Verde. Estes querem ver os novos estatutos dos seus parentes reconhecidos pela sociedade. Dona Júlia não queria que o filho voltasse para o mesmo ambiente de onde partira, já que era agora um novo homem. O Sr. Rui também quis regressar para o ambiente de onde partira e só não quis voltar para o lugar de onde vivia na ocasião da partida porque se sentia diminuído pelo facto dessa terra pertencer aos familiares da sua mulher. O Sr. João Semedo, igualmente, não voltou à cidade da Praia, onde morava aquando da sua partida para Portugal, mas sim para o Fogo, a sua terra natal.

Durante o tempo que vivi em Cabo Verde, e ao longo do período em que estive a realizar trabalho de campo com vista à elaboração deste trabalho, ouvi relatos de pessoas que tinham regressado para construir *casas* nas cidades e vilas da Ilha de Santiago. No entanto, na

sua grande maioria, os emigrantes da década de 1970, contemporâneos de João Semedo e Rui, na sua grande maioria, voltaram para reconstruir as suas velhas *casas*, nos próprios lugares onde tinham nascido. Ali reabilitaram as suas casas, construíram anexos, compraram propriedades, sobretudo dos antigos morgados que, com a Independência, abandonaram o país (cf. Trajano Filho, 2005). A ideia deles era praticar agricultura e criar gados, actividades às quais a maioria deles se dedicava antes de emigrar.

O regresso para estas *casas* é entendido, pelos emigrantes, como uma forma de dar continuidade ao um projecto familiar de preservar o património e criar a identidade continuada.⁵ Os recursos conseguidos na emigração tornam mais fáceis esses processos, como mostra o caso de João Semedo. Por seu lado, Juvenal Ramos, antes de seguir viagem para Portugal, morou nove anos em São Tomé Príncipe, onde foi contratado para trabalhar nas roças ainda como criança para escapar à terrível fome de 1947. Mesmo tendo perdido ambos os pais, Juvenal voltou para a zona onde tinha nascido. Sobre o pardieiro da *casa* dos pais ergueu a sua modesta *casa*, onde mora com sua mulher. A propriedade, segundo conta, pertencia ao seu bisavô, que a passou para o avô. É por esta razão que ele não queria morar em qualquer outro sítio, já que queria preservar a humilde propriedade da familiar. Quando viajou para Portugal em 1973, juntou o dinheiro necessário para comprar as outras parcelas de terra que tinham sido herdadas pelos seus irmãos mais velhos. Com isto, conseguiu manter unida a propriedade do pai.

Como observa Trajano-Filho (2005), o terreno no interior de Santiago é muito acidentado, cortado por algumas ribeiras cujas margens são usadas para plantar hortaliças e tubérculos na época das águas. As encostas são por vezes muito íngremes. Mesmo assim, são usadas para o cultivo do milho, abóbora e vários tipos de feijão. Nas parcelas de terreno próximas das residências cultivam-se as “ervas” (tabaco). O terreno onde se pratica a agricultura de sequeiro é denominado de *lugar*, os destinados para a agricultura de regadio

⁵ Sobre este assunto, Pina-Cabral no ensaio intitulado «A pessoa» publicado no livro *O Homem na Família: Cinco Ensaios Antropologia*, onde apresenta alguns casos de famílias da alta burguesia e da aristocracia «com o objectivo de colocar em relevo o processo de formação de pessoas», conta que nestas famílias os bens são transmitidos de gerações em gerações e que há toda uma tentativa de favorecimento do filho primogénito no controle dos mesmos por forma a evitar a fragmentação da propriedade. Na impossibilidade dos bens ficarem nas mãos de uma pessoa, recorrem à criação de sociedade familiares e retardam ao máximo a partilha. No mesmo ensaio, afirma que as identidades continuadas «são criadas e reproduzidas por meio de adereços, tais como casas, nomes, títulos, livros e, em especial, propriedades que dão origem a rendas. O que os integra é um sentimento de identidade comum, de partilha de um destino. Este sentimento, por sua vez, depende da criação de uma narrativa familiar. (...)» (2003: 122-127). Neste trabalho, o nosso objecto de estudo não são estas pessoas, mas são emigrantes, que com o *status* conseguido no estrangeiro, tentam preservar o património familiar.

são conhecidos por *horta*. A agricultura de regadio é a mais rentável do ponto de vista financeiro e os produtos são vendidos nos principais mercados da Ilha. As propriedades que o Sr. Juvenal Ramos herdou e comprou podem ser enquadradas dentro destas tipologias de terreno. Pude observar que a maior fatia do terreno é destinada à agricultura de sequeiro. Ainda, nas redondezas da sua *casa* ele cultiva ervas que servem tanto para o autoconsumo como também para a venda. As restantes parcelas são utilizadas para a criação de gado. Quando houver muita água, a parte que fica ao pé de uma nascente é destinada à agricultura de regadio. Quanto à apropriação da terra, o Sr. Ramos diz que não possui qualquer documento que comprove o título de propriedade apesar de, como já foi referido, esta ter estado na posse da família há muito tempo.

2. Relação dos retornados com os seus antepassados

Olhando para a vizinhança do Sr. Juvenal Ramos, nota-se que são todos familiares. Ele mora num *cutelo*⁶ com pouco mais de oito casas, sendo uma desabitada e mais dois pardieiros, que pertencem a filhos e irmãos seus. As casas (habitação), como recorda Sobral (1999: 75) «funcionam como momentos de memória» e, neste sentido, percebe-se o empenho do Sr. Juvenal Ramos em recordar os nomes dos seus tios, tios-avós e irmãos que ali residiram e as lutas que tiveram para as erguer. Para preservar a memória dos seus parentes, ele ainda guarda alguns objectos como um rádio que um tio enviou de Dakar quando ele era criança, as fotos de quando vivia em Portugal, as encomendas que os seus filhos emigrantes lhe vão enviando (relógio de parede, retratos, etc.). Para além de preservar as memórias, ele também tem a preocupação de manter “a *casa* intacta”. Por isso comprou as parcelas de terreno aos irmãos, como já foi referido. Esta atitude, que José Sobral (1999) encontra entre os grandes proprietários de terras, no caso que estou a descrever aplica-se a um simples ex-emigrante, que não gostaria de ver estranhos a morar nas propriedades dos seus antepassados e, por isso, aplicou as suas poupanças na compra das mesmas.

Nota-se que o esforço do Sr. Juvenal para preservar o legado familiar revela um défice de conhecimento quanto à história da sua família. O Sr. Juvenal explica isso pelo facto de ter perdido os pais ainda criança e, isto, aliado ao facto dele ter emigrado cedo para São Tomé e

⁶ Cutelo são pequenas montanhas no topo das quais ficam as residências. As encostas são usadas para a prática agrícola.

Príncipe, privou-lhe da convivência com os outros parentes que lhe pudessem ter contado mais coisas sobre os seus antepassados. Também as secas e as fomes que dizimaram uma boa parte da população das ilhas (cf. Carreira, 1983), fizeram com que muitos jovens crescessem longe dos pais, avós e restantes familiares por estes terem morrido durante as crises ou por terem emigrado sem dar notícias. Importa frisar que foi no período da fome de 1947 que o Sr. Juvenal viajou para São Tomé e Príncipe. Tudo isto impediu-o de saber mais sobre os seus antepassados. Ele apenas recorda o nome dos seus avós, mas não sabe onde nasceram, de onde vieram, etc. e ouviu dizer que o seu bisavô também morava no cutelo onde ele reside hoje, mas o resto continua uma incógnita.

Sobre o contraste entre o mundo dos grandes proprietários e o dos trabalhadores, importa olhar com atenção para o estudo que José Sobral realizou em 1993 numa freguesia do interior de Portugal já que a realidade encontrada é semelhante à que encontrei no interior de Santiago. O autor afirma que

o universo dos grandes proprietários contrasta (...) com o mundo dos mais humildes, jornaleiros e pequenos proprietários rurais (...). Os primeiros não têm frequentemente casa ou terra, os segundos têm-nas em termos escassos. Não há uma continuidade familiar na sua transmissão, sempre sujeita a uma partilha que implicou a divisibilidade física, pelo menos das terras. O recheio das casas era escasso e pobre: alguma cama, mesa ou cadeira, roupas. Não há identificação entre um património e uma família. Não há retratos – a situação está a mudar rapidamente em todos estes casos, devido sobretudo aos efeitos da emigração – que recordem avós mortos e que permitam a identificação fisionómica entre os membros da família actuais e os passados. Não havia, e ainda hoje são raros, os escritos, pois a população mais velha era maioritariamente iletrada ou pouco familiarizada com o escrito (e os documentos relativos à propriedade são evidentemente raros). Meios e lugares da memória são escassos, a inscrição destas famílias no espaço perde-se no anonimato (para o observador externo). As suas terras, dispersas em blocos, por vezes algo distantes, sem barreiras físicas a delimitá-las, também não servem para singularizar um possuidor. Os seus túmulos são anónimos ou, nos casos mais afortunados, campas de mármore – do indivíduo ou do casal e não de uma linha familiar. (Sobral, 1999: 77).

Nesta perspectiva, e na linha daquilo que foi citado no parágrafo anterior, nota-se que nas famílias dos ex-emigrantes e nas dos camponeses do interior de Santiago, de um modo

geral, não há qualquer narrativa de história familiar, ao contrário dos mais poderosos. Certamente, alguns poderosos podem ter existido em Cabo Verde, mas não foram objectos de análise neste trabalho. As famílias que estudei estão restringidas à oralidade, mesmo quando se referem a títulos de propriedades das suas parcelas de terras, como é o caso do Sr. Juvenal Ramos. Um dado relevante é que a maioria destas pessoas não sabem o nome completo dos seus avós, o máximo que conseguem recordar são as ocupações, mas o trajecto de vida constitui um mistério. Também é visível que não há um sentimento de pertença à um colectivo familiar que justifique a elaboração de uma história da mesma. Importa ainda frisar que não há o cultivo de uma memória familiar por dois motivos: primeiro, por não haver conotações dos seus bens materiais com os do passado; segundo, por não haver uma disputa de posições sociais em que a sua narrativa familiar constitua um capital importante. (cf. Sobral, 1999)

Se, para os ex-emigrantes, o desconhecimento e a desvalorização das narrativas familiares é um facto, o mesmo não se pode dizer dos seus descendentes. Estes falam com muito orgulho do pai, da mãe, do avô, do irmão, ou de qualquer outro membro da família que tinha vivido no estrangeiro, sobretudo, na Europa ou nos Estados Unidos de América. Ter um parente na emigração significa ter a possibilidade de receber, em primeira mão, as novidades do mundo da moda e das tecnologias de informação e comunicação, receber remessas, etc. Estes gestos contribuem para fortalecer os laços, uma vez que mesmo não conhecendo pessoalmente o familiar que vive ou que viveu no estrangeiro, ele é mencionado nas conversas. Em Cabo Verde é difícil encontrar uma *casa* que não tenha um dos seus membros a residir no estrangeiro e é visível a presença deles através dos presentes que enviam, das fotografias que cobrem as paredes, mas sobretudo quando regressam de férias. Tudo isso contribui para a criação de uma narrativa familiar.

3. Passar férias em Cabo Verde

Regressar de férias a Cabo Verde para visitar os familiares e amigos e assistir às festas dos santos padroeiros das freguesias, constitui um dos pontos altos na carreira de um emigrante. Por esta razão, o assunto é constantemente retratado nas músicas populares, nas poesias, nos romances, etc. (cf. Trajano Filho, 2005) mas também é tema de conversa nos cafés, nas tabernas e em todos os lugares de convívio espalhados um pouco por todos os povoados. As pessoas comentam as novidades trazidas pelos emigrantes. Quem é que ficou insatisfeito por

não ter recebido presentes como esperava, as namoradas, as noivas, os arranjos de casamento, enfim, tudo o que tem a ver com a vida dos que regressaram. Sabendo deste facto, os emigrantes capricham para regressar no melhor estilo possível, preocupando-se em comprar roupas novas e caras para levar e usar em Cabo Verde e mais outras coisas vistosas.

Chegado a Cabo Verde, é impossível um retornado ficar no anonimato, já que se torna muito visível. Os mais bem-sucedidos circulam em carros luxuosas (BMW, Mercedes-Benz, etc.) viaturas inacessíveis à generalidade da população. Os emigrantes, de um modo geral, usam fios, anéis, brincos e pulseiras de ouro em quantidades exageradas, embora esta prática seja cada vez menos frequente devido à crescente onda de criminalidade e aos assaltos. Contudo, esta é uma forma que encontram para se distinguirem do resto da população. Uma outra forma de os identificar é nos perfumes fortes que usam, que podem ser cheirados a uma distância considerável. Fazem tudo o que podem para que os outros percebam que vieram do estrangeiro. Senão, quem os acompanha tenta fazer algo para mostrar isso. Muitas vezes utilizam propositadamente termos na língua dos países de acolhimento (francês, inglês, português, etc.) mesmo sabendo que muitos dos seus interlocutores locais não dominam estas línguas.

No que tange à vestimenta dos emigrantes, Dias (2000) e Trajano-Filho (2005) consideram que são um caso à parte já que na maioria das vezes misturam as roupas de inverno que usam nos países de acolhimento, que destoam do clima tropical do arquipélago, com elementos da cultura local, como por exemplo algumas senhoras que usam lenços amarrados na cabeça. Assim sendo, Trajano-Filho observa que

(...) A representação que os emigrados elaboram para si ganha expressão num modo de vestir-se que provoca risos e estranhamentos entre os que não embarcaram, pois o seu uso indica um deslocamento abissal entre as gramáticas da moda local e a dos países de acolhimento. Entre os despropósitos práticos carregados de poder de distinção, os casos mais corriqueiros e visíveis são o uso de casacos e sobretudos de pele e outros tipos de roupas de inverno no tórrido verão cabo-verdiano e um tipo de combinação de peças que servem para desnudar e expor o corpo feminino numa sociedade relativamente recatada (as mini-saias muito curtas, as minúsculas blusas, calçados muito rebuscados, com salto muito alto, tudo com muito brilho, *strass* e paetês) (...) (2005: 10).

Ainda neste quadro, o autor nota que esta descontextualização entre a lógica e a estética do excesso dos emigrantes que regressam de férias e a estética árida da vida nas ilhas faz com que a ostentação visível seja vista com um olhar crítico pelos que ficam nas Ilhas. Além disso, os retornados são generosos e gostam de pagar bebidas a todas as pessoas, mesmo que não sejam conhecidas. Nas discotecas, pagam bebidas e ingressos para todos os que os acompanham e oferecem muitos presentes desnecessários. Por estas razões, muitos os classificam como sendo pouco responsáveis, uma vez que são pessoas que enfrentam uma vida de sacrifícios no estrangeiro, estão susceptíveis a longas horas de trabalho por dia, etc. e regressam ao país para “esbanjar” tudo aquilo que conseguiram através de trabalho muito duro, para criar ilusões que incentivam outros a partirem.

Nesta perspectiva, Carvalho (2011) nota também «(...) os relatos coloridos de quem regressa, as manifestações de posse de dinheiro, as imagens que a televisão traz diariamente criando a ideia de que no estrangeiro que se vive bem» (2011: 6). Ora, como se sabe, tal não corresponde à verdade. O autor concorda que existe uma componente sonhada na emigração. No entanto, reconhece que vêm daí muitos ganhos que são visíveis um pouco por todos os cantos de Cabo Verde e, de um modo geral, para as famílias dos emigrados em particular. Ele aponta as remessas⁷ como um dos principais ganhos para um arquipélago que tem pessoas espalhadas um pouco por todo o mundo. Estas, a par das Ajudas Públicas ao Desenvolvimento e das ajudas externas, constituem as principais fontes do financiamento da economia local. Sabe-se que as ajudas externas são canalizadas para o financiamento público, mas as remessas financiam as famílias, o consumo e uma boa parte do investimento privado. As remessas têm um impacto directo na vida das famílias. O autor que venho citando sugere que o grande desafio futuro «passa pela canalização das remessas para sectores ainda mais produtivos. Sem esquecer a necessidade de informar e formar cada vez mais, no sentido de que aqueles que vierem decidir a partir, o possam fazer na posse do maior leque possível de informação» (2011: 6).

Se, por um lado, as “loucuras” dos emigrantes - tal como esbanjar dinheiro e vender ilusões - são duramente criticadas pelos populares; por outro lado, os investimentos que eles fazem em Cabo Verde são destacados pelas pessoas como sendo muito positivos. De entre os investimentos, destacam-se a construção de casas e prédios no país, o investimento nos

⁷ Para uma visão mais generalizada sobre o impacto das remessas na economia cabo-verdiana sugere-se a leitura dos estudos de Tolentino, Rocha e Tolentino (2008) e de Tavares (2010).

transportes (camiões, táxis, transportes colectivos), no pequeno comércio (que vai desde o investimento em bares, minimercados ou restaurantes, passando pelo comércio informal⁸ nos principais mercados do país). Também nos discursos oficiais se nota a ênfase que é colocada na questão da emigração, «destacando a importância fundamental para crescimento do país, a elite dirigente vem construindo progressivamente o pertencimento do referido grupo à nação cabo-verdiana» (Dias, 2000: 67). Nos vários programas do governo consultados pela autora vê-se a preocupação dos governos sucessivos em inserir os emigrantes no processo de desenvolvimento do país.

Voltando à questão da relação dos retornados com os seus familiares, nota-se que continua a ser de distância, apesar da presença física. Na ilha da Boavista, Lobo (2006) observa que os homens daquela Ilha, enquanto jovens, não param em *casa*, passam o dia na rua e só voltam para lá para comer e dormir. Quando não estão a trabalhar ficam na rua a conversar com os amigos, a jogar vários jogos na tabernas e nos bares da vila. O mesmo se passa na Ilha de Santiago. Pelo facto de terem passado muitos anos longe da família, quando os emigrantes regressam já não conseguem ficar por casa, para conversar questões do dia-a-dia, para passear, etc. Um trecho do depoimento da Ana citado por Dias (2000) confirma isto mesmo. Segundo ela «O marido [emigrante] estava tão habituado a estar fora de casa, que, quando voltou, os filhos eram estranhos para ele. Eu percebia a falta de carinho, de amizade, entre o pai e os filhos. A rotina do senhor era: entra, come, sai, entra, dorme, sai ... Não havia um momento em que parava para ficar com os filhos. (...) Os pais, principalmente os que emigram e depois voltam, mesmo presentes, são ausentes» (2000: 67).

Esta citação comprova que é difícil para o emigrante regressar ao lar e restabelecer uma franca intimidade com a família. Por isso, o homem cabo-verdiano passa mais tempo na rua do que em casa. Esta atitude decepciona muita gente, uma vez que as mulheres esperam um comportamento digno e exemplar dos que viajaram e viveram no exterior, já que tiveram a oportunidade de conhecer novas pessoas, novas culturas e, principalmente, outras mentalidades. Todavia, como muitos continuam com comportamentos idênticos aos da maioria que nunca saiu do país, é comum ouvir expressão do tipo: «ele viajou mas continua pior dos que nunca saíram daqui» ou «ele viveu todo este tempo no estrangeiro mas não

⁸ Para uma visão mais detalhada sobre o comércio informal em Cabo Verde e, de um modo particular, no mercado de *sucupira* na capital do país, sugere-se a leitura do livro *Rabidantes* da autoria de Grassi (2003).

mudou nada». Pelas expressões é visível que há muita expectativa em relação às pessoas que viveram no estrangeiro. Espera-se que eles voltem com uma atitude diferente.

4. O dia-a-dia dos reformados

Como já foi referido aqui, a presença dos retornados na Ilha de Santiago é muito forte e traz consigo muitos benefícios para a economia local. Sabendo deste potencial, as autoridades competentes, desde a Independência, começaram a tomar um conjunto de medidas com vista a facilitar e incentivar o regresso definitivo dos reformados. O primeiro passo foi o estabelecimento de acordos de segurança social com os vários países onde residem cabo-verdianos. Assim, no que refere a Portugal, foram publicados as seguintes legislações que regulam os referidos acordos:

- Decreto 39/85, de 17/04/85 Convenção de Adesão de Cabo Verde à Convenção de Segurança Social entre Portugal e Luxemburgo;
- Decreto nº51/82, de 12 de Junho, B. O nº24 Convenção de Segurança Social com Portugal;
- Decreto nº98/85, de 24 de Agosto, B. O nº34 Acordo administrativo geral relativo à aplicação da convenção de Segurança Social com Portugal⁹;

Estes dispositivos legais fazem com que os emigrantes possam receber as suas pensões nas instituições financeiras do arquipélago sem nenhum prejuízo. O pagamento começa a partir do dia 15 de cada mês. Este constitui um dos principais momentos do reencontro dos velhos amigos que dividiam quartos no exterior, que moravam na mesma rua, que trabalhavam com o mesmo patrão, na mesma obra, etc. e que agora se encontram dispersos, cada um no seu canto. Os dias de feira (quarta e sábado) na cidade de Assomado são escolhidos por eles para receberem as suas pensões e fazer compras para a casa e rações para os animais. Para além destes afazeres, os reformados, na maioria homens, aproveitam para tomar uns copos, jogar com os amigos, dar voltas pela cidade, etc. Para facilitar o encontro, foi construída uma praça bem no centro da Cidade de Assomada que foi baptizada com o nome de *Prasa di Raformadu* (Praça dos Reformados) é o principal ponto de encontro e

⁹ Informações extraídas do manual do emigrante disponível no site http://www.embcv.pt/images/manual_emigrante.pdf

confraternização dos reformados todos os dias, mas com maior número de frequentadores nos dias de feiras e nas épocas de pagamento.

No local há um mini-bar gerido por uma senhora (na casa dos sessenta e tal anos) que também é reformada. Na rua, para além dos bancos, estão quatro mesas e cerca de 16 cadeiras, onde os presentes se sentam a jogar cartas, damas e ouril. Ao longo do jogo aproveitam para discutir as questões do quotidiano desde a política ao futebol português. A época em que estive a fazer trabalho de campo (26 de Janeiro a 18 de Março de 2012) coincidiu com o clássico Benfica v. Porto e esta partida dominou a conversa dos amantes do futebol na Ilha e, particularmente, dos reformados que aproveitavam a oportunidade para analisar os melhores lances do jogo, as polémicas sobre a arbitragem, etc. Tudo isto num ambiente calmo e descontraído acompanhado de cerveja fresca ou *grog* (aguardente). Também é comum ouvi-los a falar da qualidade dos grogues que consomem no local, classificando-os de *grog* *sabi*, *cana-cana* (que quer dizer de boa qualidade) e *grog* *fedi* (que significa má qualidade). Os mais moderados usam o meio-termo para o classificar de razoável, mas, mesmo assim, é visível que o grogue é muito apreciado por todos.

Ao contrário do que se possa pensar ao ouvir falar de *Prasa di Raformadu*, os senhores que a frequentam não são idosos. São homens na casa dos 60 anos que regressam ao país depois dos longos anos de trabalho no estrangeiro. São simpáticos e com muita vontade de falar das suas experiências no exterior. Falam das suas conquistas, do trabalho, dos sítios que visitaram, das festas, das namoradas e amantes que tiveram, falam do “outro” que não tinha habilidade para tal, etc.

Se, na cidade, as praças e cafés constituem o principal ponto de encontro e de convívio dos reformados, no meio rural as pequenas tabernas, as reuniões de catequese, as missas dominicais constituem os seus principais pontos de encontro. O dia-a-dia de cada um é passado no campo e a cuidar dos animais. António Sanches, um reformado que viajou para Portugal em 1973 à procura de melhores condições de vida, conta que agora passa todo o seu tempo a cuidar de uma pequena horta comprada com as poupanças feitas na emigração, que lhe garante um rendimento extra para ajudar nas despesas diárias. Na horta cultiva de tudo um pouco banana, batata, mandioca, cana-de-açúcar, etc. Também é amante de futebol e tira um tempinho todos os fins-de-semana para acompanhar o campeonato português e, particularmente, os jogos do Benfica. Tem seis filhos, duas do sexo feminino, e mora com a esposa, os dois filhos mais novos e os netos. Os restantes filhos encontram-se já nas suas casas, sendo que dois residem no estrangeiro.

No meio rural encontram-se também reformados que se tornaram autênticos empreendedores. Luiza Costa, uma senhora na casa dos sessenta anos, conta que passou toda a sua vida em Portugal. Antes de viajar, estava de casamento marcado com Marcos que a engravidou. Mas ele embarcou para Portugal e nunca mais deu notícias. Ela seguiu para Lisboa anos mais tarde para se tratar de uma enfermidade, mas começou logo a trabalhar. Conheceu o seu novo marido e foram morar para Sines, onde depois compraram uma casa. Já que não tinham que pagar renda, ela economizava tudo o que ganhava. As poupanças que fizeram foram suficientes para construir uma casa confortável em Achada Leitão, município de S. Salvador do Mundo, no interior de Santiago. Ali ela montou um negócio que já teve dias melhores mas que agora atravessa algumas dificuldades porque, nas palavras delas, *dinheru ka ten* (não há dinheiro). Mesmo assim dá para pagar o curso de direito da filha que estuda na Faculdade de Direito da Universidade do Porto. Casos como este são muito elogiados pelos cidadãos comuns e pelas autoridades que sugerem caminhos como estes para outros emigrantes já que trazem muitos benefícios quer para família, quer para o próprio Estado.

CAPÍTULO IV

A CASA COMO CENTRO DA VIDA FAMILIAR

No mundo rural santiaguense os laços de parentesco e as relações de vizinhanças continuam bem enraizados no seio das diversas comunidades, apesar das inúmeras transformações que têm ocorrido nos últimos tempos, nomeadamente o êxodo rural, as migrações internacionais, etc. Assim, neste capítulo, irei descrever quatro *casas* de camponeses que encontraram na emigração uma forma de as erguer e de manter intactos os seus lares.

1. Casa de Juvenal Ramos

Juvenal Ramos, como foi referido no capítulo anterior, construiu a sua casa nos pardieiros da casa dos seus pais que fica num *cutelo* que herdou o apelido dos antepassados, Ramos. Importa frisar que, no interior da Ilha de Santiago, o termo *cutelo* é usado para se referir as pequenas montanhas onde, no topo, se encontram as casas. As ladeiras (encostas) servem para a prática da agricultura de sequeiro. Em cada um dos *cutelos*, normalmente, mora uma família que mantém relações estreitas entre si e com os membros dos outros agregados familiares. Juvenal Ramos construiu a sua casa em 1957 num terreno que pertencia aos seus pais. Os seus vizinhos, segundo me contou, eram os seus irmãos e os seus tios, que sempre tinham morado ali, juntamente com seus pais.

Os pais do Sr. Ramos faleceram quando ele ainda era criança. Primeiro foi a sua mãe quando ele tinha 8 anos, logo pai, quando ele tinha 13 anos. Conta que, quando sua mãe faleceu, ele, o seu pai e o irmão – Bentura - se mudaram para uma localidade situada no concelho de Santa Cruz, que dista cerca de 25 km aldeia natal. Mas, quando o pai faleceu, tiveram que regressar à aldeia de origem para morar com uma tia, neste mesmo *cutelo*, onde os pais tinham morado. Todavia, como resultado da seca, Juvenal viu-se obriga a viajar para São Tomé e Príncipe na companhia de um tio, para escapar à fome de 1947. Na altura, tinha apenas 14 anos e viveu lá durante sete anos. De regresso a Cabo Verde, voltou para a casa de um tio, que responde pelo nome João Ramos. Segundo conta, porém, não é tio de sangue, mas era considerado por todos os elementos da família como tio uma vez que era colega do pai e morava no mesmo *cutelo*. Sendo o mais velho da vizinhança, João Ramos era o “líder” do

grupo. Cabia a ele dar conselhos e ordens em diversos assuntos da vida familiar, desde mulher ideal para casar, a divisão da herança, o melhor sítio para construir as habitações, etc. Todos os moradores do *cutelo* nutriam respeito e admiração por ele.

Juvenal conta que chegou de São Tomé e Príncipe com uma pequena poupança que fez durante os sete anos que trabalhara nas roças daquele arquipélago. Queria aplicá-la na construção de casa própria. Sabia que tinha uma pequena herança (uma parcela de terreno) que os seus pais lhe haviam deixado e, ao consultar o seu tio, este sugeriu-lhe que a construísse nos pardieiros da casa dos seus pais, sugestão logo acatada. Construir naquele lugar implicava a possibilidade de preservar a identidade familiar e de continuar a viver próximo dos parentes. Para o efeito, mobilizou os vizinhos e amigos (num *djunta mon*¹⁰) para o ajudarem a erguer os primeiros dois quartos. Estes eram de pedra e cal, já que, na altura, era impossível construir com argamassa no interior de Santiago, porque não havia como transportar o cimento da cidade. Aliás, mesmo que houvesse, Juvenal não teria dinheiro suficiente para o comprar.

A cobertura da casa era feita com folhas de bananeira misturadas com ramos do coqueiro e folhas de sisal recolhidas nas hortas e nos matos que circundavam a aldeia. Como estas eram as principais matérias-primas para a construção das casas, não era fácil encontrá-las, o que obrigava as pessoas a se deslocarem para lugares remotos à procura destes produtos. As pedras usadas na construção foram encontradas no local e redondezas. A casa era de terra batida, as paredes rebocadas com barro e cal mas, mesmo assim, não tapavam todos os buracos. No entanto, segundo conta, o conforto básico estava assegurado.

Com a casa pronta, Juvenal casou-se com a D. Joana em 1957 e foram morar na nova casa. Pode-se dizer que fundaram uma *casa* nova. Deste casamento resultaram 10 filhos, sendo que dois morreram ainda em criança. Para sustentar a família, Juvenal teve que fazer de tudo um pouco, desde trabalhar à jorna nas propriedades dos mais abastados na época das águas (que vai de Julho a Outubro), como também trabalhar nas obras públicas um pouco por toda a Ilha de Santiago. Começou por desempenhar as funções de servente, passando depois para calceteiro, depois pedreiro, chegando eventualmente a capataz. Quando não havia obras públicas, trabalhava como carpinteiro, fazendo alguns móveis para vender nos mercados da vila e outros por encomenda de vizinhos, amigos ou conhecidos. Uma vez que se deslocava

¹⁰ Termo utilizado para se referir as ajudas mútuas nos trabalhos agrícolas.

sempre de uma ponta da Ilha à outra para trabalhar, quer no campo quer nas obras públicas, acabou por conhecer muitas pessoas/clientes que lhe iam encomendando trabalhos.

Pouco tempo depois de casado, Juvenal assistiu aos seus irmãos, que antes estavam instalados nas suas casas no mesmo cutelo que ele, a se dispersarem cada um por seu canto. O primeiro a sair foi o mais velho, António que, depois da morte da esposa, foi morar com outra mulher em Cutelo Celada, uma zona vizinha, onde veio a falecer anos mais tarde. António deixou dois filhos e ambos emigraram para Angola antes de ele morrer. Por isso ele vendeu as suas terras a Juvenal. O segundo irmão, que respondia pelo nome de Denxo, viajou para São Vicente para trabalhar na carpintaria e nunca mais regressou. Como não deixou filhos por ali, as suas propriedades acabaram por ficar também na posse de Juvenal.

Sendo Cabo Verde um país que, ao longo da sua história, atravessou muitas vicissitudes, com taxas de desemprego sempre muito elevadas e salários muito baixo, Juvenal viu-se obrigado a emigrar pela segunda vez. Embarcou para Portugal em 1971. Na altura era já pai de nove dos seus actuais onze filhos, sendo que um destes fora perfilhado antes do casamento quando ainda morava em S. Tomé. Como já foi referido, durante o tempo que esteve na emigração, conseguiu acumular o dinheiro suficiente para comprar as parcelas de terreno dos seus pais que ainda estavam na posse de irmãos. Segunda conta Juvenal, estes já não moravam na zona e queriam desfazer-se do terreno para construir vida nova noutras localidades, nomeadamente, na cidade da Praia e no Mindelo. Assim, depois de comprar todas as parcelas de terreno, Juvenal deu-se por satisfeito e regressou definitivamente a Cabo Verde em 1973, de onde nunca mais saiu.

Com as poupanças que levou de Portugal, Juvenal fez algumas reformas na sua casa, construindo mais anexos, que já sofreram várias remodelações. A primeira foi a construção de uma sala de visitas e um quarto de cama para ele e sua esposa. Desta vez, em vez de usar pedra, cal e barro, usou já pedra e argamassa. A cobertura deixou de ser folhas de bananeiras, coqueiro e sisal, para dar lugar à telha e o pavimento deixou de ser de terra-batida, para dar lugar à argamassa. Com estas reformas, a casa ganhou mais conforto e segurança, distinguindo-se não só das outras casas daquele do cutelo, mas também das casas da aldeias em volta que, de um modo geral, continuavam a ter cobertura de palha.

Nas décadas de 1980 e 90, quando seus filhos atingiram a maioridade, o seu primeiro filho começou a trabalhar como professor do ensino básico e os outros dois do sexo

masculino emigraram para Portugal. Nesta altura, a casa voltou a conhecer novas reformas. Desta vez ganhou um pátio e um quintal remodelado, onde as mulheres faziam as actividades domésticas e a família se reunia para as conversas do dia-a-dia. Também a cobertura de telha foi substituída por betão armado. O chão da casa está todo revestido de mosaico e, na sala, encontram-se os móveis modernos, tais como um sofá, uma mesa e estantes. Segundo ele, estas “frescuras” contrastam com a vida humilde que ele e a esposa levavam quando começaram a construir nos finais da década de 1950.

Juvenal recorda que já houve altura em que moravam mais de 15 pessoas na sua casa, entre filhos, netos e noras. Agora, porém, vive sozinho. Com a emigração e a necessidade de os netos irem estudar nas cidades e até mesmo no exterior, acabou por ficar sozinho depois da morte da sua esposa em 2004. No seu cutelo apenas reside o filho mais velho, Dimas, que construiu residência ao lado da casa de Juvenal, no terreno de um dos tios. Este tinha construído a sua casa noutro local, por isso, quando viajou e com o passar dos anos, aquilo ficou em ruína. Como Juvenal já tinha comprado aquelas propriedades, ofereceu-as ao seu filho. Juvenal também teve a generosidade de oferecer um lote à sua filha mais velha, Ernestina, que construiu uma casa no mesmo cutelo. Mas a Ernestina acabou por viajar para Portugal e por construir uma casa nova na vila e é para lá que regressa sempre que volta em férias. Os outros moradores do cutelo são familiares mais distantes, filhos de primos do segundo e terceiro grau. Juvenal, porém, com 78 anos, é o mais velho de todos.

Apesar de morar sozinho, Juvenal recebe visitas periódicas dos filhos e dos netos. As suas quatro filhas casaram-se e foram morar noutras localidades. Duas emigraram para Portugal assim como dois dos seus filhos homens. Quando os seus filhos viajaram para Portugal deixaram os netos na casa de Juvenal, mas logo que estes atingiram a maioridade foram estudar fora e não voltaram a residir na aldeia, porque encontraram emprego nas cidades. Porém, em alguns fins-de-semana e nos dias de festas importantes, como o Natal e o dia do Santo Padroeiro da Freguesia (São Salvador do Mundo, que é comemorado no segundo domingo depois da Páscoa), o lugar de encontro é na casa do Sr. Juvenal. Nos dias de festa, os filhos trazem toda a família (maridos, filhos e alguns outros parentes e amigos) para passarem as festas ali. O dia é preenchido com músicas, danças, diversos jogos e muitos comes-e-bebes.

Olhando para as divisões da casa, nota-se que há uma divisão sexual e hierárquica dos cómodos da mesma. Logo à entrada encontra-se uma sala de estar onde Juvenal recebe

hóspedes e, do lado esquerdo de quem entra, fica o quarto onde ele dormia com a mulher e onde continua a dormir, agora que viúvo. Os quartos que ficam virados para o quintal, são destinados aos filhos e netos, quando estes o vão visitar. Os do sexo masculino ficam numa das alas e os do sexo feminino na outra. Para pessoas que não são da família existe um quarto com acesso independente que fica virado para a rua. É visível que o quarto mais importante é o de Juvenal. Para além de ali estar a melhor cama, também é lá que se guardam os objectos mais importantes. O quintal da casa está hoje quase inactivo, mas Juvenal conta que era ali que as suas filhas realizavam os trabalhos domésticos, tais como *cochir* o milho para fazer cachupa, pilar o milho para fazer cuscuz ou filhoses, entre outros pratos. Ele plantou algumas árvores no quintal. Lá se encontra a papeira e um pé de café.

Nos arredores de sua casa, à semelhança de todas as casas do cutelo, Juvenal plantou vários pés de uma planta que localmente é denominada por *espinheira* e cientificamente é conhecida por *spinehiro-branco acácia álvida*. Estas árvores têm diversas utilidades, tais como proteger os animais do sol, uma vez que os animais (o burro, a vaca ou a cabra) são amarrados debaixo delas. Também servem como poleiro para as galinhas durante a noite. Tive a oportunidade de contar mais de cinco pés dessa árvore em torno à casa de Juvenal. Curiosamente, foi até debaixo de uma delas que nos sentámos para conversar. Ou seja, as espinheiras também servem para abrigar as pessoas do sol. Estes aproveitam a sombra para conversar, fazer alguns trabalhos como concertar objectos pessoais, etc.

Hoje, como está sozinho, Juvenal come na casa do filho mais velho, que mora logo ao lado com a mulher e o filho mais novo. Os restantes filhos estão a estudar na cidade da Praia e só voltam a casa aos fins-de-semana. No cutelo onde mora, quando uma pessoa mata um animal grande, (um porco, uma cabra ou qualquer outro), cumpre-se o hábito de mandar pedaços de carnes para todos os vizinhos. Quanto à relação de Juvenal com os seus filhos no “exterior”, ele classifica-a de excelente, já que lhe telefonam amiúde, mandam remessas com regularidade e sempre que podem voltam para a terra para o visitar.

2. A casa de António Sanches

António Sanches de 73 anos de idade é um homem com uma larga experiência de mobilidade entre *casas*. Nasceu na vila de Pedra Badejo, mais concretamente na zona de Salina. Vila que no ano passado, foi elevada à categoria de cidade. Era filho de pais

agricultores que se mudaram para ali vindos da vizinha vila de Calheta. Em Pedra Badejo ergueram a sua *casa*, enquanto trabalhavam nas propriedades agrícolas dos morgados, já que não possuíam nenhuma parcela própria de terreno de regadio. Também foi nesta *casa* que António Sanches nasceu e viveu até atingir a maioridade. Ele estudou até à 4ª classe mas, em Cabo Verde, só conseguia trabalho como agricultor, ganhando um salário de trinta escudos mensais. Face a tal situação, decidiu emigrar para Dacar na década de 1960. Morou lá durante 10 anos. Foi com as poupanças conseguidas nessa cidade da costa ocidental africana que comprou um lote na vila para erguer a casa própria, para onde foi morar com sua esposa.

A casa de António, como muitas outras da vila, foi construída de forma faseada. No primeiro momento construiu apenas dois quartos, um para dormir com a sua mulher, o outro para servir de sala. Os alimentos eram confeccionados com lenha na parte externa da casa. A cobertura era de telha que trouxera de Dacar e o chão era de betão armado. Recorda que, na altura, a vila tinha poucas casas e, ao seu redor, não havia nenhuma outra. Por isso, não tinha nenhum familiar nas redondezas. Tal só veio a acontecer quando os seus filhos ficaram adultos e construíram as casas nos arredores da sua. Antes disso, porém, em 1973, António teve que emigrar para Portugal à procura de melhores condições de vida e de trabalho para sustentar a mulher e filhos em Cabo Verde.

Foram necessários vários anos de trabalho árduo em diversas áreas de actividades em terras lusas para que António pudesse realizar o sonho de ampliar a sua *casa*. Conta que, enquanto trabalhava em Portugal, a sua mulher fazia comércio informal em Cabo Verde. Comprava os produtos em Dacar e revendia nos principais mercados da Ilha de Santiago. Os poucos lucros provenientes destas actividades foram aplicados na melhoria da *casa*. Todo o trabalho foi liderado pela sua mulher, uma vez que António residia em Portugal. Assim, quando regressou a Cabo Verde, encontrou tudo pronto.

A *casa* dele passou de um humilde casebre de dois quartos para um duplex com vários quartos, onde reside hoje com a esposa, os dois filhos mais novos e os netos. No piso térreo, logo à entrada, encontra-se a sala de estar onde recebe visitas. Ao lado está o quarto principal, onde António dorme com sua esposa. Ainda nesse piso, encontra-se também a cozinha, a sala de jantar e uma casa de banho. No piso superior, ficam os quartos dos filhos e dos netos. Importa salientar que os netos que moram na casa dele são os cujos pais moram no estrangeiro (os dois que estão nos Estados Unidos e em Portugal). Os restantes netos moram

com os pais, mas é na casa de António que passam a maior parte do tempo. Durante o dia, quando os seus pais vão trabalhar, ficam na casa de António assim como durante o período que não vão à escola. Ficam por ali à espera dos seus pais.

António recorda que, quando comprou o lote para construir a habitação, assim como mais tarde, quando já vivia em Portugal, comprou também os terrenos da redondeza. Estes, ele veio a oferecer aos seus três primeiros filhos e aos seus sogros. Apenas uma filha foi morar com o marido num outro bairro da mesma cidade. Dos três filhos que construíram as suas habitações ao lado da casa de António, apenas um mora ali. Os restantes dois viajaram, um para Estados Unidos de América e outra para Portugal. Assim, a casa de António constitui o verdadeiro centro de reencontro destes irmãos que fazem questão de passar ali as férias do verão. Esta época também coincide com a festa de Nho Santiago Maior, santo padroeiro da cidade, que todos os anos atrai muitos emigrantes.

Cada casa corresponde a uma unidade social primária (Pina Cabral, 1991: 183) e o caso dos filhos de António não foge à regra. O seu primeiro filho, após concluir os estudos secundários, conseguiu uma vaga para dar aulas no ex-ciclo preparatório e, mais tarde, casou-se com uma professora. Nos primeiros momentos da vida conjugal ficou morando num dos quartos da casa do pai, já que ainda não tinha construído a sua própria casa. Ainda hoje é na casa de António que deixa os seus filhos, quando ele e a mulher vão trabalhar. Os restantes netos de António também passam o dia ali a brincar e/ou a ajudar nos trabalhos domésticos, fazer mandados, etc. Nesta perspectiva, a casa dos filhos de António constitui uma extensão da sua casa, já que António continua a exercer a sua influência sobre todos eles, mesmo os que estão a morar no exterior. Os seus conselhos são seguidos por todos. O facto, também, dos filhos terem as suas casas nas redondezas faz com que fiquem mais próximos do pai do que dos familiares dos seus cônjuges, que estão mais longe fisicamente.

À semelhança do que acontece com os filhos de Juvenal, também aqui, em que os filhos mais velhos construíram as suas casas nas redondezas. A este processo Pina-Cabral (1991) chama de *vicinalidades* que, segundo ele, são «grupos de unidades sociais primárias, física e socialmente aproximadas, cujas cabeças de famílias são irmãos/ãs ou primos/as» (1991: 185). Ora, nos casos em análise, tudo se assemelha ao que o autor encontrou na cidade do Porto, sendo a única diferença que lá se tratava de famílias burguesas urbanas e no caso em apreço se trata de familiares de ex-emigrantes que vivem em zonas rurais e semiurbanas.

Constata-se aqui que as relações familiares são mais fortes entre irmãos e entre tios e sobrinhos do que entre primos, isto apesar de António ser capaz de recordar o nome de vários primos do segundo e terceiro grau. Este distanciamento justifica-se pelo facto dos pais deles se terem deslocado de uma vila para outra numa altura em que os meios de transporte e de telecomunicação ainda eram bastante deficitários, o que dificultou o contacto com os primos e produziu afastamento. Hoje, António recorda o nome de alguns primos, as suas ocupações, mas, no entanto, pouco sabe sobre os filhos deles e as suas trajectórias de vida.

Sendo o fundador da *casa*, cabe o António o papel de providenciar a unidade do grupo doméstico e a sã convivência entre os seus membros. Foi isto que ele fez quando adquiriu terrenos para que os filhos construíssem habitações nas imediações. Segundo ele, entre os seus filhos, sempre houve um espírito de solidariedade e cooperação. Assim, o primeiro filho ajudou financeiramente o outro irmão na construção da casa e ajudou-o a conseguir os papéis necessários para obtenção do visto de entrada nos Estados Unidos da América. Este, por seu turno, financiou a passagem da irmã para Portugal. Também, quando um dos membros da família se desloca a Portugal ou aos Estados Unidos da América, para férias, para fazer compras ou para tratamento médico, fica sempre hospedado nas casas dos irmãos ou tios, mesmo que seja por período prolongado.

Quanto aos tios e irmãos, apesar de não serem vizinhos, António refere-os com precisão. Isso porque, segundo ele, enquanto criança, recebia visitas periódicas dos tios na casa dos pais e, quando foi morar em casa própria, esta relação de camaradagem continuou. Com os seus irmãos acontece o mesmo. Foram criados juntos desde crianças. Só quando atingiram a idade adulta, foram cada um morar em casa própria, mas as amizades e as ajudas mútuas continuaram até aos dias de hoje. Sendo todos camponeses e ex-emigrantes, o *djunta-mon* sempre foi uma prática corrente. Para estreitar ainda mais os laços de parentesco e amizade, ele convidou dois dos seus irmãos para serem padrinhos dos dois últimos filhos.

No que tange aos sogros, António conta que eles moravam noutra localidade. Sua mulher foi criada por um casal que não tinha filhos e que ela considera como seus pais. Estes também se mudaram para perto da casa de António e foi a sua mulher e os filhos que cuidaram deles até aos últimos dias das suas vidas. Neste caso, pode dizer-se que ele acabou por ficar mais próximo, física e emocionalmente, dos familiares da esposa do que dos seus próprios pais, uma vez que seus pais moravam um pouco mais distantes e morreram mais

cedo que os da esposa. António recorda que, quando os seus sogros afectivos morreram, deixaram as suas casas a um dos filhos de António, que desde pequeno tinha dormido na casa deles e que ajudava nos trabalhos domésticos e fazia os mandados da casa. Este aproveitou o legado, fazendo as reformas necessárias e construiu mais anexos.

A escassos quilómetros da sua habitação, António comprou um *barse*¹¹, onde cultivava vários produtos, tais como banana, batata, mandioca, cana sacarina, etc. Hoje encontrando-se reformado, passa a maior parte do seu tempo a cuidar dos produtos que ali cultiva. A maioria destes produtos são postos à venda nos principais mercados da Ilha de Santiago e, ultimamente, também, nas outras Ilhas como a do Sal e da Boavista porque, segundo conta, tem uma filha que desde há muito se vem dedicando ao comércio informal entre as ilhas, actividade que, como já foi referido, já vinha sendo praticada pela sua mulher. António afirma que realiza esta actividade por gosto, já que o seu futuro já está garantido por uma reforma que conseguiu depois de muitos anos de trabalho em Portugal. Assim, mesmo morando num pequeno centro urbano, António tem um pequeno espaço em frente à sua residência onde cria algumas cabeças de cabras, carneiro e porcos. Estes são alimentados com os pastos que recolhe no seu *barse*. À semelhança do que encontrei em *casa* de Juvenal, António também tem algumas *espinheiras* em frente a sua casa, que servem de abrigo para os animais.

3. Casas de Rui e Armando

Neste item vou descrever dois casos de ex-emigrantes em Portugal que regressaram a Cabo Verde ainda em idade de trabalho e ergueram as suas próprias casas. A análise comparativa destes dois casos revela-se pertinente, uma vez que Rui, tendo nascido em meio rural, viajou para Portugal, mas voltou para o meio rural, enquanto que Armando nascido também no meio rural ainda antes de emigrar para Portugal, já se mudara para a cidade da Praia, onde construiu a sua casa.

Rui nasceu na freguesia de S. Salvador do Mundo, no interior de Santiago nas terras do Morgado João de Deus Tavares Homem onde seus pais eram rendeiros. O cutelo onde nasceu é conhecido por Cutelo Bera pelo facto de todos os moradores deste lugares serem portadores do apelido Vieira. O morador mais velho (que se presume ter sido um dos

¹¹ Este é um termo é utilizado localmente para se designar parcelas de terrenos destinados a agricultura de regadio.

primeiros moradores do cutelo) é conhecido por *Nho Bera* (Sr. Vieira), tendo legado o seu nome ao lugar. Rui conta que passou toda a infância e adolescência neste lugar. Não teve oportunidade de frequentar o ensino secundário, tendo ficado pela antiga 4ª classe, uma vez que não havia liceu no interior de Santiago e os únicos liceus que existiam no Arquipélago situavam-se na cidade da Praia e em São Vicente. Este facto obrigou-o, ainda adolescente, a abdicar do sonho de um futuro melhor. Teve que se dedicar à agricultura, trabalhando à jorna para ganhar algum dinheiro para ajudar em casa.

Aos 20 anos, quando se casou, Rui sentiu-se obrigado a ir morar nos terrenos dos familiares da esposa, uma vez que os seus familiares não possuíam terrenos onde pudesse erguer casa própria. Para além de não ter dinheiro para comprar um lote, também não tinha terrenos para cultivar, facto que tornava ainda mais difícil o desejo de permanecer perto dos seus familiares. Os familiares da esposa eram mais abastados e eram proprietários de uma vasta propriedade agrícola numa zona vizinha. Assim, ofereceram-lhes um lote de terreno para construir casa, bem como uma parcela de terreno para tirar o sustento da família.

Este contratempo obrigou Rui a ficar mais próximo dos familiares da esposa, mesmo contra a sua vontade e com o seu orgulho de homem ferido, já que, segundo ele, «homem que é homem mora na sua terra e não vive de favores dos familiares da mulher». A relação com os sogros e cunhados sempre foi cordial e recorda que sempre houve um espírito de entajuda nos trabalhos agrícolas e na construção e manutenção das casas. Rui conta que a sua primeira casa tinha apenas dois quartos e não sofreu nenhuma reforma, já que o seu objectivo era mudar-se dali um dia para regressar para perto dos seus parentes. Assim, depois do nascimento dos seus quatro filhos em 1971, decidiu emigrar para Portugal, numa altura em que não havia muita burocracia e as condições exigidas eram apenas possuir um bilhete de identidade válido e uma passagem que custava quatro mil escudos à época.

Rui foi o primeiro da família a emigrar para Portugal e recorda que foi a ida do Marcelo Caetano à então Província de Cabo Verde que abriu as portas dos naturais desta Província ao trabalho na metrópole. Ele soube desta possibilidade através de um compadre que vendia *loro* (tabaco) no Pelourinho (mercado) da Praia e um dos seus clientes contou-lhe a novidade. Os documentos necessários eram o bilhete de identidade e quatro mil escudos para a passagem, montante que, mesmo assim, ele não tinha. Alguns familiares e amigos emprestaram-lhe dinheiro e vendeu as cabeças de gado bovino que tinha. Assim comprou a

passagem. Todavia, antes de emigrar para Portugal, já havia um longo historial migratório no seio da sua família. Os seus tios e primos já tinham emigrado para a Guiné Bissau, Angola e Moçambique desde os finais do século XIX. Estes, porém, nunca obtiveram o sucesso desejado. Hoje, os que voltaram, vivem sem reforma e quase na miséria, dependendo muito da solidariedade dos familiares. Ele conta que um tio que foi para São Tomé nunca mais voltou e outro que foi para Angola voltou com uma mão à frente e outra atrás quando iniciou a guerra civil no período pós-independência.

Quando se instalou em Portugal, Rui mandou buscar os seus quatro filhos de forma faseada. Hoje estão todos a viver em França. Depois de 15 anos de trabalho como pintor na construção civil, Sr. Rui teve de regressar a Cabo Verde por ter sofrido um acidente, e ter-se reformado por invalidez. No entanto, antes disso, tinha já mandado construir uma casa nova na sua aldeia de origem, cumprindo assim o seu sonho. O terreno onde veio a construir a sua casa pertencia ao Morgado português, João de Deus Tavares Homem, mas os seus pais sempre moraram ali e, quando o seu pai faleceu, e Rui tinha apenas 9 anos, a sua mãe e os parentes continuaram a trabalhar aquelas terras. Partiam os produtos das colheitas com o morgado e pagavam uma renda. Porém, com a Independência de Cabo Verde a 5 de Julho de 1975, os morgados fugiram quase todos para a antiga Metrópole. Os rendeiros deixaram de pagar as rendas e o melhor de tudo é que, com a Reforma Agrária, iniciada na década de 1980, todos os terrenos dos morgados ficaram na posse dos rendeiros. Assim, a mãe de Rui, que sempre fora trabalhadora naquelas terras, passou a proprietária delas.

Com estas reformas, Rui viu o sonho de morar perto da mãe e dos tios tornar-se realidade. Numa das férias que foi a Cabo Verde, começou os trabalhos com vista à construção da sua casa. Os trabalhos prosseguiram durante a sua ausência com a ajuda dos tios e vizinhos que acompanharam de perto a execução dos mesmos. A casa é construída de blocos, ao contrário das outras casas do cutelo, que são de pedra e cal. A cobertura, no primeiro momento, era de telha, mas esta foi substituída por uma placa de betão armado. Quanto à divisão da casa é idêntica às outras que já descrevemos. Logo à entrada encontra-se a sala de visita e, ao lado, fica o quarto principal, onde Rui dorme com a esposa. É neste quarto que se guardam os objectos mais importantes, tais como as jóias. Na parte de trás ficam a cozinha, os quartos dos netos e a dispensa, que é o quarto onde são depositados os produtos das colheitas, armazenados em *bidão* (barril). Estes quartos são separados da parte principal da casa por um quintal onde existem muitas plantas, um pote de barro, depósitos de

água e uma mesa, que é usada para comer. É no quintal que se desenvolve todo o trabalho doméstico como cochir o milho para fazer cachupa, lavar roupas, etc.

Na parte da frente da casa de Rui encontra-se um pequeno pátio que localmente é designado por *rua*. Este é um espaço multiusos, que serve tanto para as brincadeiras das crianças como para a realização de vários trabalhos, nomeadamente, a descasca do milho seco, do feijão e de vários outros produtos provenientes da agricultura. Nos dias de festa é também na rua que é colocada a mesa para os convidados almoçarem e se divertirem mais à vontade ao som do *fununá* (música tradicional da Ilha de Santiago).

Hoje, Rui vive apenas com sua mulher e os netos, já que os filhos estão todos no estrangeiro. Na vizinhança, à semelhança do que acontece com a maioria da população da freguesia, ele tem familiares próximos, nomeadamente irmãos, primos e sobrinhos. No passado havia tios, mas estes, no entanto, já faleceram. Nos arredores da casa, ele cria animais e cultiva uma pequena parcela de terra que herdou da mãe. Possui outras propriedades agrícolas, mas estas ficam distantes da residência. Por isso não as cultiva todas, já que na sua idade não tem mais força para trabalhar muita terra e cada vez há menos mão-de-obra rural disponível nesta freguesia por causa do êxodo rural e da emigração dos jovens. Como não tem filhos a morar em sua casa e os netos que moram com ele ainda estão em idade escolar, sente-se obrigado a pagar a trabalhadores para o ajudar nestas tarefas e, como estes são poucos, cobram um pouco acima do que considera possível pagar. Por esta razão, viu-se obrigado a cultivar apenas a parcela de terreno que fica ao pé da casa e ofereceu as restantes aos seus afilhados.

A relação do Rui com os seus filhos é de muita proximidade, apesar deles estarem a viver no exterior. Comunicam muito com ele por telefone e mandam-lhe remessas sempre que possível. Nas férias de verão, os filhos vão visitar, mas ele também já viajou a Portugal por diversas vezes para ver os dois filhos que nasceram naquele país, fruto de uma relação que manteve com uma outra senhora, já falecida. Segundo conta, moraram juntos durante os 15 anos que viveu em Lisboa. Também já viajou algumas vezes à França para visitar os restantes filhos, que residem naquele país. Preocupa-se em dividir de forma equitativa o tempo que fica hospedado na casa de cada um dos filhos por forma a evitar conflitos desnecessários, visto que todos querem ficar com ele o mais tempo possível.

Olhemos agora para a *casa* do Sr. Armando, um homem de pouco mais de 40 anos, pai de 8 filhos, que nasceu na freguesia de São Lourenço dos Órgãos, na zona de Loura, vizinha da freguesia onde nasceu o Rui. Note-se que a emigração para Portugal neste caso foi a continuação de um processo de mobilidade cujo destino final não foi este país lusófono, mas sim o regresso triunfal a Cabo Verde. Antes de seguir para Lisboa, Armando migrou da sua aldeia natal para a Cidade da Praia e construiu uma casa na zona de Eugénio Lima, um bairro periférico da capital. Armando sempre trabalhou ligado ao comércio informal, vendendo animais nos mercados da Ilha de Santiago e em São Vicente. Os lucros provenientes desta actividade foram aplicados na melhoria da sua casa que, de início, foi apenas um quarto clandestino nesta zona de crescimento espontâneo. Mudou-se para a cidade seguindo as pegadas de um irmão mais velho que já lá tinha ido. No início, Armando hospedou-se no quarto do irmão mas pouco depois construiu a sua própria casa logo ali ao lado.

A emigração para Portugal serviu para Armando acumular o dinheiro necessário para ampliar sua casa, que hoje tem três pisos, e montar um negócio, que lhe garante o sustento. Em termos profissionais, conta que, no estrangeiro, quer em Portugal quer em Espanha, sempre trabalhou na construção civil, primeiro como ajudante de pedreiro e depois como pedreiro. Nos primeiros anos em Lisboa, morou com o irmão e mais tarde foi morar sozinho no Bairro de Sacavém em Loures, onde estava rodeado de patrícios da sua zona natal. Também no bairro da Cidade da Praia onde agora reside a maioria das pessoas são oriundas da zona de Loura. Segundo ele são todos parentes.

Este facto mostra que as pessoas oriundas do mundo rural santiaguense preferem reagrupar-se noutros espaços perto de familiares e conhecidos. Armando justificou a sua preferência por morar perto de familiares e conhecidos pelo facto de se sentir mais protegido e mais confortável, já que, caso necessite de algo, sabe que pode recorrer a qualquer uma destas pessoas. Também na altura de comemorar datas importantes, quer em Lisboa, quer na Cidade da Praia, existe vantagem em morar entre familiares e amigos de longa data, pois todos se reúnem no mesmo local. O estabelecimento comercial dele constitui o centro de encontro destas pessoas que partiram da mesma zona para o estrangeiro e que, hoje, se encontram na cidade da Praia.

Na mesma rua onde Armando mora, podemos encontrar as casas dos seus três irmãos que dividem a vida entre a Europa e Cabo Verde. Digo Europa porque trabalham numa

multinacional de construção civil e passam a vida a viajar para vários países europeus. Possuem todos, no entanto, a nacionalidade portuguesa. Armando conta que ainda tem mais uma irmã que vive em Espanha, mas que também construiu a sua casa na mesma rua que a dele. Todos os anos ela volta para gozar as férias ali. Num pequeno passeio que fizemos pelo bairro, ele apresentou-me dezenas de pessoas que considera familiares próximos (primos, tios e sobrinhos, apesar de não conseguir identificar com clareza se são de segundo ou terceiro grau).

Na sua casa, Armando mora apenas com seus filhos, já que a sua mulher faleceu em Portugal vítima de doença prolongada. Os filhos ainda estão em idade escolar e sempre moraram em Cabo Verde com os avós. A sua casa, como já foi referido, é composta por três pisos e é muito espaçosa. No primeiro piso fica o estabelecimento comercial, onde vende de tudo um pouco, desde géneros alimentícios a materiais de construção. Ainda lá dentro tem um pequeno bar onde apenas são servidas bebidas. É neste canto que os amigos de infância, familiares e vizinhos de Armando se reúnem nos fins-de-semana para se divertirem. Nos pisos de cima, encontra-se a parte principal da casa que é a sala de estar e o quarto do dono. Os restantes são os quartos dos seus filhos.

A singularidade do caso de Armando, comparativamente com os restantes três casos aqui apresentado, reside no facto de ele ainda ser um jovem emigrante, que viveu os últimos 20 anos entre Portugal e Cabo Verde, mas agora só viaja para fazer compras. O seu percurso de vida distancia-se dos restantes por ter erguido a sua casa em meio urbano e se dedicar ao comércio. Os restantes continuaram a viver em meio rural e aplicaram as suas poupanças na aquisição de propriedades agrícolas. Hoje, vivem na base desses rendimentos rurais e das pensões que recebem da segurança social portuguesa. Armando, porém, vive com os rendimentos que obtém das suas actividades comerciais. Apesar destas particularidades, em todos os casos verificamos que vivem sempre rodeadas dos seus familiares mais próximos em Cabo Verde. No estrangeiro também, sempre que possível, tentaram fazer o mesmo. Ainda, um outro ponto os une: as suas origens no mundo rural e o facto de todos terem começado pela agricultura. Armando especializou-se no comércio dos produtos agrícolas, o que lhe proporcionou maior sucesso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegado ao fim deste trabalho, importa salientar que a emigração nas ilhas de Cabo Verde é um fenómeno tão antigo como a própria história das ilhas. Nos estudos sobre a emigração, família, parentesco e casa, as relações domésticas tendem a ser centradas em torno das mulheres, já que são elas que ficam em casa a cuidar dos filhos enquanto os homens/maridos estão a trabalhar no exterior. Neste trabalho optei por fazer uma análise da perspectiva masculina, tendo em conta que estes continuam a ser o grosso dos emigrantes e também são eles que providenciam o sustento da casa. A relação dos homens com as suas famílias, que ficaram em casa enquanto eles procuram o sustento no exterior, é descrita como sendo muito débil, já que os homens cabo-verdianos têm por hábito passar mais tempo na rua do que em casa e é com a mulher que as crianças passam a maior parte do tempo. Os homens, mesmo quando regressam em definitivo, só raramente conseguem estabelecer uma relação tão franca com os filhos que deixaram na terra de origem.

Os meus informantes em Cabo Verde, com a excepção da Dona Luiza, são todos do sexo masculino, já que procurei pessoas que já tinham fechado o ciclo migratório, ou seja, pessoas que já tinham regressado em definitivo a Cabo Verde. Se levarmos em conta que a maioria dos emigrantes que já fecharam o ciclo são os reformados, os estudantes e um número reduzido de pessoas que por algum outro motivo interromperam a estadia no exterior para se fixar em Cabo Verde, chegaremos à conclusão que os homens compõem a larga maioria, já que foram os primeiros a seguirem para Portugal de forma mais intensa a partir dos anos 60 do século passado e as mulheres só começaram a chegar 20 anos mais tarde, o que nos leva a presumir que os homens conseguiram a reforma primeiro. Um outro dado relevante é que os homens com os quais trabalhei todos viajaram sozinhos para Portugal e deixaram o resto da família em Cabo Verde. De entre eles, apenas Rui mandou buscar a sua mulher, os restantes mandaram buscar os filhos.

Note-se que estes ex-emigrantes já não moram com os filhos, já que os mesmos ou estão a viver no exterior ou já estão instalados nas suas próprias casas, mas vivem com os netos. Os homens são as caras da família, já que são eles que vão fazer as compras, são eles que vão tratar todos os assuntos fora de casa. É para eles que os filhos no exterior mandam as remessas e eles usam-nas para os fins combinados, como comprar mantimentos para casa, pagar as despesas dos netos, etc. Por outro lado, apesar dos filhos terem crescido mais perto

das mães que dos pais, quando emigram e têm trabalhos para fazer como construir a casa, ou fazer qualquer outro investimento, recorrem sempre aos pais em vez das mães. Quando são filhos de mães solteiras, nota-se que são os tios ou os irmãos que assumem este papel.

Os emigrantes partem de Cabo Verde com o intuito de conseguir uma vida melhor no exterior, no caso em estudo, em Portugal, para depois investirem na sua terra natal. O investimento principal destes emigrantes retornados é na construção das casas. O conceito de casa usado neste trabalho não se resume apenas ao edifício, mas engloba para além desta, as propriedades, animais e outros envolventes. Neste sentido, observei que os meus informantes que já se encontram em Cabo Verde a gozar das suas reformas, investiram a maioria das suas poupanças na aquisição das propriedades agrícolas que ficam nas proximidades das suas casas. Uns compraram aos antigos morgados, outros aos seus parentes. Muitos dos ex-emigrantes saem do arquipélago como rendeiros e voltam como proprietários. Por outro lado, nota-se que os mais jovens tendem a erguer as suas casas em meio urbano e investem no pequeno comércio, transporte público, serviços de táxi, etc. Muitos fazem-no por vontade própria, mas alguns são influenciados pelos familiares que não gostariam que os filhos, irmãos, ou qualquer outro parente voltassem para o mesmo sítio donde partiram para o estrangeiro. Os familiares querem que o novo estatuto dos seus parentes seja reconhecido pela sociedade e uma das formas de o fazer é construir uma boa casa numa das zonas mais valorizadas das cidades e vilas mais próximas. Uma outra forma de expor o sucesso é circular em carros top de gama pelas ruas, usar fios, anéis e pulseiras de ouros em quantidades exageradas. Esta forma de expor o sucesso, por um lado é elogiada por muitos, inclusive pelas autoridades que elogiam os emigrantes pelo enorme contributo que têm dado na redução da pobreza, na criação de emprego no sector da construção civil, etc. Por outro lado, a forma como andam a expor os bens conseguidos no estrangeiro, o esbanjar de dinheiro que fazem durante os períodos de férias, são muito criticados pelos populares já que passam uma imagem distorcida da realidade que vivem no estrangeiro, o que serve apenas para criar ilusões e incentivar os outros a partirem.

Ainda falando sobre as casas, vale notar que a casa tem uma forte conotação com as pessoas e os sítios que habitam. É comum no meio rural santiaguense ouvir-se dizer que uma pessoa é de tal casa, como por exemplo Carlos da casa do Rui ou Carlos mora no cutelo casa Rui, ou qualquer outro nome assim. No caso dos emigrantes ou ex-emigrantes, a conotação ainda é mais forte, visto que têm o poder simbólico de influenciar e moldar toda a estrutura

social vigente. Também acabam sempre por se tornarem líderes nos referidos cutelos. Os reformados, por exemplo, são mais bem-sucedidos que os seus vizinhos que nunca saíram de Cabo Verde. Regra geral, no meio rural, são todos agricultores e os reformados contratam os seus vizinhos, amigos e conhecidos para trabalharem para eles na época das águas. Esta relação de clientelismo contribui para reforçar o poder simbólico sobre os seus vizinhos e com isso também legam os seus nomes para os cutelos onde residem, já que se tornam no nome mais sonante e mais conhecido de todos.

O impacto da emigração nas ilhas de Cabo Verde não se resume apenas aos investimentos que estes fazem na construção das casas na terra natal. Hoje é visível que a condição socioeconómica das famílias dos emigrantes conheceu melhorias significativas, uma vez que passaram a receber as remessas, quer por vias formais que são registadas pelas estatísticas oficiais, quer por diversos meios informais que escapam ao controle das autoridades. As remessas financiam directamente as famílias e o consumo privado. É graças a estes emigrantes que muitas aldeias do interior continuam a sobreviver, já que nestes sítios é impossível conseguir um emprego estável, com uma actividade económica muito centrada na agricultura de sequeiro e criação de gado, o que não possibilita aos seus habitantes a possibilidade de obterem rendimentos. Mas graças às remessas que recebem dos parentes que vivem no exterior conseguem debelar as dificuldades do dia-a-dia. Por este motivo, hoje há cada vez menos desigualdades entre o mundo rural e mundo urbano, já que muitas famílias, que têm parentes a residir no exterior, têm a possibilidade de receber as novidades do mundo tecnológico como televisão, computadores, electrodomésticos, etc. Estes produtos, antes estavam restritos a uma pequena elite urbana que tinha o poder de os adquirir no exterior. Este facto fez com que haja muitas transformações nos hábitos, costumes, procedimentos e valores.

A experiência de vida no exterior fez com que os emigrantes levassem muitas influências para Cabo Verde. Levaram os símbolos de prestígio dos países de acolhimento que são visíveis nas arquitecturas das habitações, na decoração e nos mobiliários trazidos do exterior, carros de luxos, electrodomésticos e várias outras coisas. Também houve mudanças no que diz respeito à ocupação dos tempos livre e lazer, assim como nos hábitos de sociabilidade em geral. Os homens passam os seus tempos livres nas tabernas a conversarem com os amigos, jogar cartas, oril, etc. esta prática ainda hoje persiste, como foi demonstrado ao longo deste trabalho, mas foram introduzidos novos elementos. Com a melhoria das

condições de vida, os emigrantes levaram a televisão, os DVDs, os Vídio-jogos, etc. Isso fez com as pessoas ocupassem parte dos seus tempos livres a ver programas televisivos como telenovelas, futebol, filmes, entre outros. Também com o aparecimento dos gira-discos e mais recentemente as aparelhagens e outros equipamentos de som, os bailes desapareceram quase que por completo. Nas festas tradicionais o batuque deu lugar à banda com novos instrumentos electrónicos e surgiram novos estilos musicais a partir dos países de acolhimento. A influência do estrangeiro também chegou ao campo da alimentação, já que com o maior poder de compra por parte das famílias, estes passam a ter a possibilidade de comprar produtos importados que ganham cada vez mais espaço em Cabo Verde. Por outro lado, os novos hábitos levados pelos emigrantes passaram a influenciar os familiares e amigos. Assim, assiste-se à introdução de novos ingredientes e substituição progressiva do milho como a base da alimentação dos cabo-verdianos pelo arroz que é importado. Também a banha de porco foi substituída por óleo vegetal, a manteiga da terra deu lugar às margarinas e aumentou o consumo dos produtos enlatados.

Da emigração também chegaram influências menos boas como o aumento do consumo e tráfico de drogas, aumento de pequenas criminalidades, roubos e assalto a pessoas e bens, entre outros. Também a cultura local em contacto com os hábitos trazidos pelos emigrantes sofre aculturação. Os cabo-verdianos também foram capazes ao longo dos anos de levar algo de Cabo Verde para os diversos países de acolhimento. Por exemplo, nos Estados Unidos, onde tiveram que enfrentar vários problemas de adaptação, sofrer por causa do racismo, etc. conseguiram fazer com que o crioulo (língua materna do arquipélago) esteja a ser hoje ensinado em diversas universidades daquele país. Em Portugal a música cabo-verdiana conquista cada vez mais o público português, animando as noites nas discotecas, bares e até fazendo até parte da banda sonora de telenovelas e filmes de ampla audiência. Ainda, nota-se que a música vem ganhando espaço nas rádios e nas televisões. Por esta razão, muitos emigrantes e seus descendentes têm levado o nome de Cabo Verde para os quatro cantos do mundo. Músicos como Lura, Mayra Andrade, Sara Tavares, entre outros, são exemplos de que os emigrantes cabo-verdianos têm dado um excelente contributo na divulgação do país a partir da diáspora. A literatura deste país também vem sendo matéria de estudo no ensino secundário e superior. Assiste-se também ao aumento de temas relacionados com Cabo Verde a serem pesquisadas em diversas universidades portuguesas, inclusive, há teses de mestrados

e doutoramento sobre o arquipélago e realizam-se vários congressos por ano para debaterem questões relacionadas com aquele país.

Em suma, diria que a emigração cabo-verdiana ao longo dos anos tem sido um excelente veículo para pôr este pequeno país insular em contacto com o resto do mundo. O país tem recebido muitas influências do estrangeiro, mas também tem estado a despertar o interesse dos estrangeiros para conhecer e inteirar da sua cultura. Por exemplo os principais emissores de turistas para Cabo Verde são os países que já tem uma longa tradição em acolher os trabalhadores cabo-verdianos e Portugal é um dos exemplos. O peso das remessas na redução da pobreza e do desemprego é um facto incontornável e o país não seria o que é hoje sem o contributo incalculável dos seus emigrantes. Um outro facto digno de registo é a presença regular de muitos desportistas cabo-verdianos e seus descendentes em muitas selecções europeias de diversas modalidades. Só em Portugal, nas últimas duas décadas, em diversas modalidades, os descendentes dos emigrantes cabo-verdianos contribuíram para a conquista de títulos importantes como medalhas olímpicas, entre outros.

Referências bibliográficas

AMARO, Rogério Roque (1986), «Emigração e desenvolvimento em Cabo Verde - algumas reflexões», *Economia e Socialismo*, X (69/70), pp. 129-142.

ANDRADE, Elisa (1996), *Les Iles du Cap-Vert de la 'Decouverte' a L' Independance Nationale: 1460-1975*, Paris: L'Harmattan.

ANDRADE, J. (1991), «Influência da emigração sobre o desenvolvimento económico e social: Primeira parte», *in: Emigrason*, nº2 (3), pp. 24-26.

ANDRADE, J. (1991), «Influência da emigração sobre o desenvolvimento económico e social: Segunda parte», *in: Emigrason*, nº2 (4), pp. 26-28.

ANJOS, José Carlos dos (2002), *Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde: lutas da definição da identidade nacional*, Porto Alegre e Praia, Universidade Federal de Rio Grande do Sul e Instituto Nacional de Investigação e Património Cultural.

ASSOCIAÇÃO CABO-VERDIANA DE LISBOA (1996), «O papel das mulheres na comunidade cabo-verdiana (o caso de Portugal)», proferida por ocasião da conferência Cabo-verdianos e cidades na Europa, Roterdão 24-26 de Outubro.

BALENO, Ilídio (2001), «Povoamento e formação da sociedade», *in: ALBUQUERQUE, Luís e SANTOS, Maria Emília Madeira (Coord), História Geral de Cabo Verde, Vol. I, 2ª ed.* Lisboa e Praia, Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto de Investigação Cultural de Cabo Verde, pp. 125-178.

BATALHA, Luís (2008), «cabo-verdianos em Portugal: 'comunidade' e identidade», *in: GÓIS, Pedro (org), comunidade(s) cabo-verdiana(s): as múltiplas facetas da imigração cabo-verdiana*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

BESTARD, Joan (1998), *Parentesco y modernidad*, Barcelona, Paidós ibérico.

CORREIA E SILVA, António (2008), «Discurso da 'descoberta': os mitos da fundação», *in: CABRAL, Iva e FURTADO, Claudio (ed), Os estado-nações e o desafio da integração regional da África do Oeste: o caso de Cabo Verde*, Praia, Edição dos Autores, pp. 69-82.

CORREIA E SILVA, António (2004), *Combates pela história*, Praia, Spleen Edições.

CORREIA E SILVA, António (2001), «Espaço, ecologia e economia interna» in: ALBUQUERQUE, Luís e SANTOS, Maria Emília Madeira (Coord), *História Geral de Cabo Verde*, Vol. I, 2ª ed. Lisboa e Praia, Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto de Investigação Cultural de Cabo Verde, pp. 179-236.

CARREIRA, António (1983), *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*, Praia, Ed. Instituto Cabo-verdiano do Livro.

CARSTEN, Janet (2004), *After kinship*, Cambridge, Cambridge University Press.

CARSTEN, Janet (2000) «Cultures of relatedness», in: Carsten, Janet (ed), *Cultures of relatedness: new approaches to the study of kinship*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 1-36.

CARVALHO, Francisco (2011), «Marcas da emigração na sociedade cabo-verdiana», in: *Emigrason*, nº especial, pp. 5-6.

DIAS, Juliana Braz (2000), *Entre partidas e regressos: tecendo as relações familiares em Cabo Verde*, tese de mestrado em Antropologia debatida e aprovada no departamento de antropologia social da Universidade de Brasília.

DICKER, June (1968), *Kinship and ritual kinship among cape verdeans in Providence*, Thesis submitted in partial fulfillment of the requirements for the Degree of Master of Arts in the Department of Sociology and Anthropology at Brown University.

EGREJA, Catarina e PEIXOTO, João (2011), «caminhos limitados ou mobilidade bloqueada? A mobilidade socioprofissional dos imigrantes brasileiros em Portugal», in: *sociologia, problemas e práticas*, nº 67, pp. 43-64.

EMBAIXADA DE CABO VERDE/IESE/GEOIDEIA (1999), *Estudo de Caracterização da comunidade cabo-verdiana residente em Portugal*, Lisboa, Embaixada de Cabo Verde. (Relatório Final, Policopiado).

FERNANDES, Gabriel (2002), *A diluição da África: uma interpretação da saga identitária cabo-verdiana no panorama político (pós) colonial*, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina.

FRANÇA, Luís de (coord.) (1992), «A comunidade cabo verdiana em Portugal», in: *Cadernos 23*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (IED).

FORTES, Mayer (1970), *Time and social and other essay*, London, Athlone.

GÓIS, Pedro (2006), *A Emigração Cabo-Verdiana para (e na) Europa e a sua inserção em mercados de trabalho locais: Lisboa, Milão e Roterdão*, Lisboa, Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas.

GRASSI, Marizia (2007), «Cabo Verde pelo mundo: o género na diáspora cabo-verdiana», in: GRASSI, Marizia e EVORA, Iolanda [orgs.], *Género e Migrações Cabo-Verdianas*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

GRASSI, Marzia (2003), *Rabidantes: comércio espontâneo transnacional em Cabo Verde*, Lisboa e Praia, Imprensa de Ciências Sociais e Spleen Edições.

HORTA, Ana Paula e MALHEIROS, Jorge, (S/D) «os cabo-verdianos em Portugal: processo de consolidação, estratégias individuais e acções colectivas». Disponível em: http://ieei.pt/files/Cabo_verdianos_em_Portugal_Ana_Paula_Horta_e_Jorge_Malheiros.pdf.

LOBO, Andréa de Souza (2006), *Tão longe, tão perto: organização familiar e emigração feminina na ilha da Boavista Cabo Verde*, tese de doutoramento em Antropologia debatida e aprovado no departamento da antropologia social da Universidade de Brasília.

LOPES FILHO, João (2007), *imigrante em terra do emigrante*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

MACHADO, Fernando Luís (1994), «Luso-Africanos em Portugal: nas margens da etnicidade», in: *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº16, pp. 111-134.

MACHADO, Fernando Luís (1997), «Contornos e especificidades da imigração em Portugal», in: *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 24, pp. 9-44.

MANUAL do emigrante, disponível em: http://www.embcv.pt/images/manual_emigrante.pdf

MATTOSO, José (2001), «A Formação da Nacionalidade». in: TENGARRINHA, José (org.), *História de Portugal*, São Paulo, Edusc/Unesp.

MEINTEL, Deidre (1984,) «Emigração em Cabo Verde: solução ou problema?», *in: Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº2, pp. 93-120.

MEINTEL, Deidre (2002), «Cape Verdean Transnationalism, Old and New», *in: Anthropologica XLIV*, pp. 25-42.

MINISTÉRIO DE COORDENAÇÃO ECONÓMICA (1995), *Estrutura das famílias*. Praia: Direcção Geral de Estatística, Direcção de Estatísticas Demográficas e Sociais.

PINA-CABRAL, João (2008), «Sem palavras: etnografia, hegemonia e quantificação», *in: Mana* 14 (1), pp. 61-86.

PINA-CABRAL, João e LIMA Antónia Pedroso de (2005), «Como fazer uma história de família: um exercício de contextualização social», *in: Etnográfica* IX (2), pp. 355-388.

PINA-CABRAL, João (2003), «A continuidade como ideal da família e do grupo social», *in: O homem na família: Cinco Ensaios de Antropologia*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 119-169

PINA-CABRAL, João (1991), *Os contextos da antropologia*, Lisboa, Difel.

PINA-CABRAL, João (1989), *filhos de Adão filhas de Eva: a visão do mundo camponesa do Alto Minho*, Lisboa, Dom Quixote.

SAINT-MAURICE, Ana de (1993), «Cabo-verdianos residentes em Portugal – Imagens a preto e branco», *in: Maria Beatriz Nizza da Silva et al. (orgs.), Emigração/Imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, pp. 392-406.

SAINT-MAURICE, Ana de (1997), *Identidades Reconstruídas Cabo-verdianos em Portugal*, Oeiras, Celta Ed.

SMITH, Raymond Thomas (1996), *The matrifocal family: power, pluralism, and politics*, New York, Rutledge.

SOBRAL, José Manuel (1999), «Da Casa à Nação», *in: Etnográfica*, vol. III (1): 71-86.

TAVARES, Paulino Varela (2010), *Remessa dos trabalhadores emigrantes e impactos económicos: evidências para Cabo Verde*, Tese de doutoramento debatida e aprovada na Universidade Federal de Rio Grande do Sul.

TOLENTINO, André Corsino, ROCHA, Carlos Manuel e TOLENTINO, Nancy Curado (2008), *A importância e o impacto das remessas dos emigrantes em Portugal no desenvolvimento de Cabo Verde*, Lisboa, ACIDI.

VIEGAS, Susana de Matos (2007), *Terra Calada: Os Tupinambá na Mata Atlântica do Sul da Bahia*, Rio de Janeiro, 7Letras.

WATERSON, Roxana (2009) [1990], «Kinship and House Societies», in: *The Living House: in anthropology of architecture in South-East Asia*. Tuttle Publishing, Tokyo, Singapore. pp. 138-166.